



PLANO ESTRATÉGICO DA PAC 2023-2027

PEPAC

PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE CONSULTA ALARGADA

ÀS PARTES INTERESSADAS - 16.11.20 A 08.01.21

CONTINENTE

MAIO DE 2021

ÍNDICE

I	INTRODUÇÃO	4
11	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO PLANEAMENTO DO PEPAC	4
12	FASES DO PROCESSO DE CONSULTA ALARGADA	6
13	PRIMEIRA FASE DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS	7
II	RECOMENDAÇÕES DA COM A PT REFERENTES AO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU E SUA ARTICULAÇÃO COM O PLANO ESTRATÉGICO DA PAC.....	10
III	ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS RECEBIDOS NA PRIMEIRA FASE DE CONSULTA ALARGADA ÀS PARTES INTERESSADAS.....	17
III1	PROCESSO METODOLÓGICO.....	17
III2	NATUREZA DAS ENTIDADES QUE PARTICIPARAM NA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE CONSULTA.....	20
III3	ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS – DOCUMENTO “ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E LÓGICA DE INTERVENÇÃO”	21
III4	DOCUMENTOS – ÁREA GEOGRÁFICA DO CONTINENTE.....	22
III41	NÚMERO DE CONTRIBUTOS POR ENTIDADES - REGIÃO DO CONTINENTE.....	22
III42	ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS POR OBJETIVO GERAL / OBJETIVO TRANSVERSAL (DIAGNÓSTICO / SWOT E NECESSIDADES)	23
(1)	OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	23
(2)	OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA 27	
(3)	OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS	33
(4)	OBJETIVO TRANSVERSAL: MODERNIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DA PROMOÇÃO E DA PARTILHA DE CONHECIMENTOS, DA INOVAÇÃO E DA DIGITALIZAÇÃO	38
III5	PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS DOCUMENTOS PEPAC, DO ENVOLVIMENTO DOS PARCEIROS, DO CONTEÚDO GERAL DOS DOCUMENTOS E DO PROCESSO DE CONSULTA ALARGADA .	41
III6	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO – ALTERAÇÕES ÀS ATUAIS E NOVAS INTERVENÇÕES	43
III7	PONTOS DE CONVERGÊNCIA AO NÍVEL DOS CONTRIBUTOS	44
IV	NOTÍCIAS E IMPRENSA	44
V	ANEXO I – ENTIDADES E ÂMBITO DOS CONTRIBUTOS	47
VI	ANEXO II – CONTRIBUTOS DAS ENTIDADES POR TIPO DE DOCUMENTO PEPAC.....	51



ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 : DIAGRAMA METODOLÓGICO DO PROCESSO ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO PEPAC 23/276	
FIGURA 2 : DESTAQUE CONSTANTE DO PORTAL DO GPP COM PROCESSO DE CONSULTA (1º FASE)	7
FIGURA 3 : DOCUMENTAÇÃO SUBMETIDA AO PROCESSO DE CONSULTA (1º FASE) CONSTANTE DO PORTAL DO GPP	8
FIGURA 4 : TIPO DE DOCUMENTOS SUBMETIDOS AO PROCESSO DE CONSULTA (1º FASE) CONSTANTE DO PORTAL DO GPP E SUA RELAÇÃO COM O CONTEÚDO DO PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DA PAC.....	9
FIGURA 5 : OBJETIVOS DA PAC 2023 - 2027	11
FIGURA 6 : QUADRO DE LIGAÇÃO ENTRE NECESSIDADES PT E RECOMENDAÇÕES DA COM.....	14
FIGURA 7 : RELAÇÃO ENTRE NECESSIDADES E INTERVENÇÕES.....	19
FIGURA 8 : PROCESSO DE PLANEAMENTO PEPAC 23-27.....	19
FIGURA 9 : DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRIBUTOS POR TIPOLOGIA DE ENTIDADES (SEM CONTABILIZAR OS REPETIDOS).....	20
FIGURA 10 : PILARES DA PAC 23-27 E PLANOS DE INTERAÇÃO.....	22
FIGURA 11 : DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRIBUTOS POR TIPOLOGIA DE ENTIDADES - CONTINENTE	22
FIGURA 12 : MATRIZ DE NECESSIDADES REGIÃO CONTINENTE E LIGAÇÃO AOS OBJETIVO GERAL 1	24
FIGURA 13 : CONTRIBUTOS PARA O OBJETIVO GERAL 1 – RENDIMENTO E COMPETITIVIDADE	25
FIGURA 14 : MATRIZ DE NECESSIDADES REGIÃO CONTINENTE E LIGAÇÃO AOS OBJETIVO GERAL 2	29
FIGURA 15 : CONTRIBUTOS PARA O OBJETIVO GERAL 2 – AGROAMBIENTE E CLIMA	30
FIGURA 16 : MATRIZ DE NECESSIDADES REGIÃO CONTINENTE E LIGAÇÃO AOS OBJETIVO GERAL 3	35
FIGURA 17 : CONTRIBUTOS PARA O OBJETIVO GERAL 3 – SOCIEDADE E TERRITÓRIO	36
FIGURA 18 : CONTRIBUTOS PARA O OBJETIVO TRANSVERSAL – MODERNIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DO CONHECIMENTO , INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO	40



I INTRODUÇÃO

De acordo com o Regulamento dos PEPAC ¹ cada Plano Estratégico da PAC deverá conter no seu Anexo III um capítulo referente à consulta efetuada às partes interessadas, devendo para tal incluir uma explicação dos resultados desse processo e uma descrição sumária da forma como esta consulta foi conduzida.

11 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO PLANEAMENTO DO PEPAC

- O modelo de articulação institucional associado ao planeamento do PEPAC assenta em três níveis:
 - Um primeiro nível de **Coordenação Interministerial**, coordenado pela Sr. Ministra da Agricultura, e que conta com a participação de vários ministérios com relação ao Planeamento do PEPAC: Ministério da Economia e Transição Digital; Planeamento; Coesão Territorial; Ambiente e Ação Climática; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ainda da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P. (AGIF, I. P.) ;
 - Um segundo nível constituído pelo **Conselho de Acompanhamento da Revisão da Política Agrícola Comum (PAC)**, órgão consultivo, caracterizado por uma componente técnica independente, com recurso a destacados especialistas na matéria e por uma componente de diálogo e auscultação do setor agrícola através das suas organizações representativas. Este órgão visa garantir uma participação alargada ao meio académico e ao setor agrícola,

¹ Artº 95(2), ponto c)



cujo contributo, para a formulação da posição do Ministério da Agricultura (MA) sobre o futuro da PAC, se revela primordial promover.

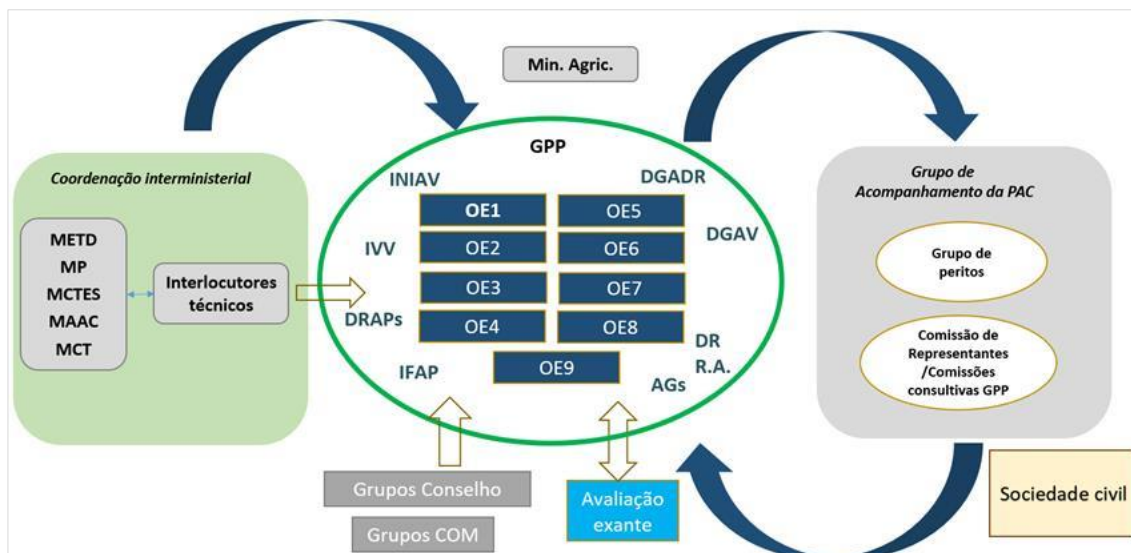
O Conselho é constituído por um **Painel de Peritos** e por **uma Comissão de Representantes**. Participam ainda nas reuniões do Conselho os membros dos governos regionais dos Açores e da Madeira com competência nas áreas da agricultura, das florestas e do desenvolvimento rural.

- Um terceiro nível de coordenação promovida pelo Gabinete de Planeamento e Políticas e Administração Geral (GPP) onde se incluem diversos grupos de trabalho temáticos representados por diversos **organismos do Ministério da Agricultura (DGAV; DGADR; Direções Regionais de Agricultura; INIAV; IVV; IFAP; Autoridades de Gestão dos Programas de Desenvolvimento Rurais – AGPDR2020; AG PRODERAM2020; AG PRORURAL +)**. Por outro lado, o GPP assegura um contacto regular com os representantes das Organizações representativas do setor através de Comissões Consultivas (setores específicos, como frutas e hortícolas, cereais, leite, ou de base temática, como é o caso dos pagamentos diretos e a condicionalidade).
- Para além do modelo de organização interno encontram-se ainda contempladas reuniões periódicas com Grupos do Conselho, Grupos de Trabalho da Comissão Europeia e articulação com os serviços de *Help-Desk* da Comissão Europeia, e com Entidades da área do ambiente e da floresta.
- Por fim destacaríamos a articulação com o avaliador responsável pela Avaliação Ex-ante e Ambiental Estratégica.



O diagrama seguinte sistematiza o modelo acima referido.

Figura 1 : Diagrama metodológico do processo articulação institucional do PEPAC 23/27



12 FASES DO PROCESSO DE CONSULTA ALARGADA

Em linha com os procedimentos previstos na proposta de regulamento, as diferentes componentes do plano estratégico serão alvo de dois processos de consulta alargada, que incluirão os parceiros económicos e sociais bem como as entidades representativas da sociedade civil, onde se incluem as Organização não-Governamentais, para que todas a partes interessadas possam dar o seu contributo para a elaboração PEPAC nacional que orientará a aplicação da futura PAC em Portugal, resultando assim num processo de participação alargado.

Para efetivar um processo de participação às partes interessadas o mais abrangente possível foi criada uma área na página de internet do GPP, específica sobre a temática da PAC pós 2020 ².

Esta página inclui a documentação e informação necessária a um acompanhamento e escrutínio público efetivo do processo de discussão da próxima Política Agrícola Comum.

Nela poderão ser consultados algumas informações relevantes, designadamente:

² <https://www.gpp.pt/index.php/pac/pac-pos-2020>



1. Reuniões do Conselho de Acompanhamento da Revisão da PAC;
2. Apresentação de documentos de posição nacional;
3. Apresentações públicas em Conferências e eventos;
4. Documentação de suporte.

13 PRIMEIRA FASE DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

A primeira fase de consulta às partes interessadas decorreu entre os dias **16 de Novembro de 2020** e o dia **8 de janeiro de 2021** e incidiu, nesta fase, sobre os documentos que dizem respeito às primeiras três fases do processo de planeamento e que se referem aos diagnósticos por objetivo específico e diagnóstico para o objetivo transversal, respetivas matrizes SWOT bem como ao documento “Orientação estratégica e Logica de Intervenção” que inclui a visão estratégica nacional, a articulação entre os desafios nacionais e objetivos da PAC, a identificação das necessidades por Objetivo Específico e respetiva pré identificação de tipologias de intervenções que lhes poderão dar resposta.

O conjunto destes elementos encontrando-se estruturado em três níveis: **Continente, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores**. Estes documentos foram disponibilizados de forma desmaterializada, no portal do GPP, no dia 16 de novembro de 2020, tendo permanecido desde então disponíveis em contínuo, para consulta e descarregamento.











Figura 2 : Destaque constante do Portal do GPP com processo de consulta (1ª fase)



Figura 3 : Documentação submetida ao processo de consulta (1ª fase) constante do Portal do GPP

Documentação específica:


CONTINENTE

- **Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção** 
- **Análise SWOT e Identificação das Necessidades** 
- **Diagnósticos:**
 - Diagnóstico Objetivo Transversal** - Modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização 
 - Diagnóstico Objetivo Específico 1** - Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar 
 - Objetivo Específico 2** - Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização 
 - Objetivo Específico 3** - Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor 
 - Objetivo Específico 4** - Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável 
 - Objetivo Específico 5** - Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar 
 - Objetivo Específico 6** - Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens 
 - Objetivo Específico 7** - Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais 
 - Objetivo Específico 8** - Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável 
 - Objetivo Específico 9** - Melhorar a resposta dada pela agricultura Europeia às exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde, nomeadamente no que respeita à oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis, aos resíduos alimentares e ao bem-estar dos animais 



Anexos - Diagnósticos Setoriais

- Apicultura 
- Azeite 
- Cereais 
- Frutas e Hortícolas 
- Leite e Laticíneos 
- Vinho 
- Aves 
- Bovinos 
- Ovinos e Caprinos 
- Ovos 
- Suínos 

Região Autónoma da MADEIRA

- Proposta PEPAC R.A. Madeira 

Região Autónoma dos AÇORES

- Proposta PEPAC R.A. Açores 
- Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção 



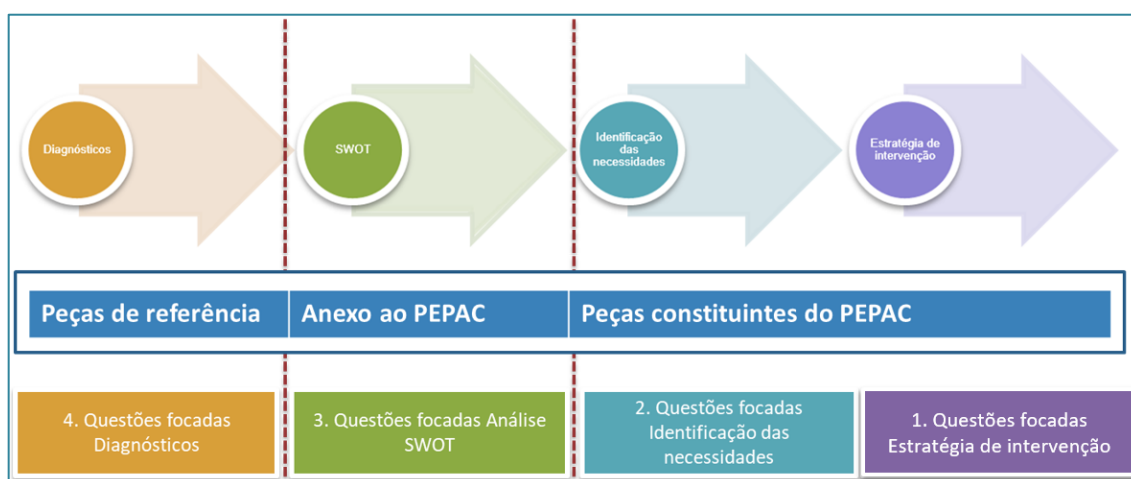
Nas secções seguintes serão desenvolvidos em maior detalhe qual o contexto dos contributos recebidos pelas diversas entidades intervenientes, nomeadamente o âmbito regional do contributo (Continente / RA Madeira / RA Açores) e tipo de documento com relação ao conteúdo do PEPAC (Diagnósticos/ SWOT/ Identificação das necessidades / Estratégia de Intervenção).

De referir que de acordo com a proposta de regulamento dos Planos Estratégicos apenas as matrizes SWOT por Objetivo Específico / Objetivo Transversal, a Listagem de Necessidades por Objetivo Específico / Objetivo Transversal e a Estratégia de Intervenção se constituem como peças obrigatórias ao PEPAC (figura 4).

A análise dos contributos foi efetuada segundo a seguinte metodologia:

- i. Identificação dos contributos, agrupando-os em torno das quatro grandes áreas temáticas do PEPAC (Rendimento e competitividade; Agro-ambiente e Clima, Sociedade e território e por fim Inovação e Digitalização); e por contexto dos documentos ao nível do seu âmbito regional (Continente / RA Madeira / RA Açores);
- ii. Identificar a sua pertinência estratégica para o PEPAC em particular na possibilidade de se constituir como uma reflexão enriquecedora do debate.

Figura 4 : Tipo de documentos submetidos ao processo de consulta (1ª fase) constante do Portal do GPP e sua relação com o conteúdo do Plano Estratégico Nacional da PAC



II RECOMENDAÇÕES DA COM A PT REFERENTES AO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU E SUA ARTICULAÇÃO COM O PLANO ESTRATÉGICO DA PAC

Em Junho de 2018, como parte das propostas ligadas ao próximo Quadro Financeiro Plurianual, a Comissão adoptou as propostas legislativas da PAC para o período 2021-2027.

Estas propostas legislativas, baseadas num amplo processo de consulta e numa extensa avaliação de impacto, confirmaram a necessidade de simplificar e modernizar a PAC, para melhor responder aos desafios económicos, ambientais e sociais emergentes que o sector agrícola enfrenta e que hoje são reforçados pela actual crise resultante da pandemia da COVID-19.

Assim, a Comissão propôs mudar a ênfase do cumprimento e das regras para resultados e desempenho. A abordagem de "tamanho único" (modelo de governação actual, em grande parte com base em regras específicas e pormenorizadas estabelecidas a nível da UE) seriam substituídas por uma sistema flexível, com maior liberdade para os Estados-Membros decidirem a melhor forma de cumprir os objetivos comuns, respondendo, ao mesmo tempo, às necessidades específicas dos seus agricultores e comunidades rurais.

As propostas legislativas prevêem uma política agrícola concebida para produzir resultados em três **objetivos gerais**:

1. Promover um sector agrícola inteligente, resiliente e diversificado que garanta a segurança alimentar;
2. Reforçar os cuidados ambientais e a ação climática e contribuir para a objetivos ambientais e climáticos da União;
3. Reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais.

A proposta traduz e operacionaliza estes objetivos em nove objetivos específicos, abrangendo as **três dimensões da sustentabilidade** (económica, ambiental e social), bem como um objetivo transversal associado ao conhecimento e à inovação.



Figura 5 : Objetivos da PAC 2023 - 2027



A 15 de Janeiro de 2020, o Parlamento Europeu anunciou a sua Resolução sobre o **Pacto Ecológico Europeu**, que inclui um pedido específico à Comissão para analisar a contribuição da proposta de reforma da PAC para os compromissos da UE em matéria de ambiente, clima e proteção da biodiversidade, a fim de a alinhar plenamente com os objetivos estabelecidos no Pacto Ecológico Europeu.

No dia **18 de Dezembro de 2020** foram conhecidas as recomendações para Portugal decorrentes de um diálogo estruturado ocorrido no segundo semestre de 2020 com a Comissão Europeia ³.

Estas recomendações baseiam-se na análise do ponto da situação, das necessidades e das prioridades para a agricultura e para as zonas rurais em Portugal, centrando-se nos objetivos económicos, ambientais e sociais específicos da futura política agrícola comum e, em especial, na ambição e nas metas específicas da Estratégia «do Prado ao Prato» e da Estratégia de Biodiversidade para 2030. Conforme enunciado na Estratégia «do Prado ao Prato», a Comissão convidou Portugal a estabelecer, no seu plano estratégico da PAC, valores nacionais explícitos para as metas do Pacto Ecológico Europeu, tendo em conta a sua situação específica e as respetivas recomendações.

As **17 recomendações estabelecidas para PT** foram sinteticamente as seguintes:

³ https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/cap-strategic-plans_en#cap-strategic-plans-recommendations



Pilar Económico

Promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar:

- 1- Incentivar a gestão agrícola com uma orientação comercial e aumentar a dimensão económica média e a produtividade média das explorações agrícolas;
- 2- Melhorar a viabilidade das explorações agrícolas;
- 3- Continuar a desenvolver os sistemas de gestão dos riscos;

Pilar Agro-Ambiental e Climático

Apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da União relacionados com o ambiente e o clima:

- 4- Contribuir para as metas do Pacto Ecológico Europeu, nomeadamente a agricultura biológica;
- 5 - Melhorar o estado de conservação das terras agrícolas, prestando especial atenção aos habitats dos prados, em consonância com as prioridades definidas no Quadro de Ação Prioritária;
- 6- Reforçar as medidas de adaptação às alterações climáticas;
- 7 - Reforçar os esforços de mitigação das alterações climática;
- 8 - Incentivar medidas de governação para uma gestão florestal resiliente e sustentável;
- 9 - Reforçar o desenvolvimento da produção de energias renováveis;
- 10 - Intensificar os esforços para reduzir as pressões de captação de água e alcançar uma gestão sustentável da água que esteja em consonância com a DQA e contribuir para a meta do Pacto Ecológico Europeu em matéria de perdas de nutrientes;



Pilar Socio-Territorial

Reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais e dar resposta a exigências sociais:

- 11 - Reduzir a tendência para o despovoamento, o risco de pobreza e as disparidades de género no emprego nas zonas rurais
- 12 - Desenvolver a economia circular;
- 13 - Contribuir para a meta do Pacto Ecológico Europeu em matéria de agentes antimicrobianos;
- 14 - Contribuir para as metas do Pacto Ecológico Europeu em matéria de pesticidas;
- 15 - Melhorar o bem-estar dos animais.

Pilar do Conhecimento e Inovação

Promoção e partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais, e incentivar a sua utilização:

- 16 - Reforçar o Sistema de Conhecimento e Inovação Agrícolas (AKIS) de Portugal;
- 17 - Contribuir para a meta do Pacto Ecológico Europeu em matéria de banda larga, melhorando a cobertura da banda larga de acesso da próxima geração.

As **recomendações não são juridicamente vinculativas em si mesmas**. No entanto, a Comissão Europeia aprovará os planos estratégicos da PAC antes da implementação da nova PAC, uma vez apresentados oficialmente pelos Estados-membros. Durante o processo de aprovação, que se baseará nos critérios estabelecidos no futuro regulamento do plano estratégico da PAC, a Comissão Europeia utilizará as recomendações como um importante documento de referência para avaliar os planos.



O calendário específico relativo aos planos estratégicos da PAC, incluindo a apresentação formal pelos Estados Membros e a aprovação da Comissão, dependerá do resultado das negociações com os co-legisladores.

Os Estados-membros teriam então até 1 de Janeiro de 2022 para apresentar os seus planos. A Comissão trabalhará para examinar e aprovar os planos, a tempo da sua aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2023.

Em virtude do processo de consulta alargada se encontrar a decorrer aquando da publicação das recomendações a Portugal pela COM os documentos em discussão poderão ainda não refletir todo o seu espectro. No entanto refere-se que a maioria das necessidades aí refletidas já se encontravam alinhadas como as necessidades nacionais (figura 6).

No quadro seguinte são comparadas as recomendações da COM com as necessidades PT e são assinaladas a negrito aquelas que mais se aproximam da recomendação apresentada pela COM.

Figura 6 : Quadro de ligação entre necessidades PT e recomendações da COM

Objetivo Geral	Recomendação COM	Necessidade PEPAC PT (Continente) *	Nº Nec. PT (continente) *
Promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar	1- Incentivar a gestão agrícola com uma orientação comercial e aumentar a dimensão económica média e a produtividade média das explorações agrícolas	N2.1 : Melhorar o rendimento da agricultura e a sua atratividade face ao resto da economia	1
		N3.1: Ter níveis mínimos de abastecimento nos principais bens alimentares	2
		N1.2: Valorizar produtos de qualidade diferenciada	3
		N2.2 Criar e melhorar infra-estruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas)	4
		N3.2. Melhorar a disponibilização de mão-de-obra agrícola.	5
		N4.2: Otimizar os custos de produção nomeadamente através da melhoria da eficiência na utilização de fatores de produção.	6
		N5.2: Facilitar o acesso à terra por parte dos agricultores.	7
		N6.2: Melhorar o acesso ao financiamento por parte dos agricultores.	8
		N7.2: Promover e divulgar os produtos agrícolas nacionais no mercado interno e externo.	9
		N1.3: Promover a organização da produção	10



Objetivo Geral	Recomendação COM	Necessidade PEPAC PT (Continente) *	Nº Nec. PT (continente) *
		N2.3: Promover a cooperação vertical entre os vários intervenientes da cadeia de abastecimento alimentar	11
		N3.3: Promover relações comerciais justas e equilibradas ao longo da cadeia alimentar	12
	2- Melhorar a viabilidade das explorações agrícolas	N1.1: Manter a atividade agrícola em todo o território através de gestão ativa da superfície agroflorestal, sem quedas acentuadas a nível regional	13
		N5.1: Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola	14
		N8.9: Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima	15
	3- Continuar a desenvolver os sistemas de gestão dos riscos	N4.1: Reforçar a prevenção, gestão de riscos e catástrofes	16
		N8.2: Redução de custos de contexto nomeadamente no que se refere a processos de licenciamento.	17
Apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da União relacionados com o ambiente e o clima	4- Contribuir para as metas do Pacto Ecológico Europeu, nomeadamente a agricultura biológica	N5.5. Melhorar a capacidade de resposta ao aumento da incidência e emergência de pragas e doenças num contexto da regulação de autorização de uso de pesticidas.	18
		N6.5. Apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para a agricultura biológica.	19
	5 - Melhorar o estado de conservação das terras agrícolas, prestando especial atenção aos habitats dos prados, em consonância com as prioridades definidas no Quadro de Ação Prioritária	N1.6 Promover a biodiversidade doméstica através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais e florestais	20
		N2.6 Promover condições adequadas aos polinizadores incluindo apicultura	21
		N3.6 Contrariar a dispersão de espécies invasoras lenhosas e não lenhosas	22
		N4.6 Melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade	23
	6- Reforçar as medidas de adaptação às alterações climáticas	N4.4: Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos.	24
	7 - Reforçar os esforços de mitigação das alterações climática	N1.4: Mitigar as emissões de GEE através da melhoria da digestibilidade da alimentação animal.	25
		N2.4: Melhorar a gestão dos efluentes pecuários promovendo a valorização agrícola e através de outros fins, privilegiando a fertilização orgânica com redução do uso de fertilizantes inorgânicos.	26
		N3.4: Mitigar as emissões de GEE e aumentar a capacidade de armazenagem de carbono atmosférico e melhorar o teor de matéria orgânica no solo.	27
		N4.5 Melhorar a qualidade do ar através da redução das emissões de amoníaco (NH3) com enfoque na alteração de práticas e tecnologias, bem como pela redução da emissão de poluentes atmosféricos decorrentes de queimadas e da ocorrência de incêndios rurais.	28
	8 - Incentivar medidas de governação para uma gestão florestal resiliente e sustentável	N5.6 Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais.	29



Objetivo Geral	Recomendação COM	Necessidade PEPAC PT (Continente) *	Nº Nec. PT (continente) *
		N6.6.Promover uma gestão multifuncional de espaços agrícolas e florestais, incluindo as atividades cinegéticas, no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas.	30
		N5.8: Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer	31
		N6.8: Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade.	32
	9 - Reforçar o desenvolvimento da produção de energias renováveis	N5.4: Aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria.	33
		N6.4: Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria.	34
	10 - Intensificar os esforços para reduzir as pressões de captação de água e alcançar uma gestão sustentável da água que esteja em consonância com a DQA e contribuir para a meta do Pacto Ecológico Europeu em matéria de perdas de nutrientes	N1.5:Melhorar a gestão dos recursos hídricos através de uma adequada disponibilização e utilização dos mesmos com enfoque nas áreas mais sujeitas a stress hídrico.	35
		N2.5 Melhorar a qualidade da água superficiais e subterrâneas com prioridade nas zonas sujeitas a maior pressão.	36
		N3.5 Combater a degradação do solo agrícola e florestal, preservando e melhorando a sua fertilidade e minimizando processos de desertificação e erosão.	37
Reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais e dar resposta a exigências sociais	11 - Reduzir a tendência para o despovoamento, o risco de pobreza e as disparidades de género no emprego nas zonas rurais	N1.7 Facilitar o acesso à terra por parte dos jovens agricultores e novos agricultores	38
		N2.7 Promover as competências do jovem agricultor e do novo agricultor incluindo o acompanhamento técnico especializado.	39
		N3.7. Facilitar o acesso ao financiamento para os jovens e os novos agricultores e condições de tributação fiscal mais competitivas	40
		N4.7. Garantir apoio ao rendimento dos jovens agricultores nos primeiros anos de instalação , nomeadamente com vista à redução dos riscos do investimento	41
		N5.7 Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	42
		N1.8: Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado.	43
		N2.8: Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores.	44
		N3.8: Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais).	45
		N7.8: Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros.	46
	N7.9: Promover os produtos da gastronomia portuguesa e a sua relação com dietas saudáveis	47	
	12 - Desenvolver a economia circular	N4.8: Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de sub-produtos da agroindústria e da floresta	48
N4.9: Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar		49	



Objetivo Geral	Recomendação COM	Necessidade PEPAC PT (Continente) *	Nº Nec. PT (continente) *
		N5.9: Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública)	50
		N6.9: Melhorar a informação e a formação do consumidor em termos de rotulagem alimentar (e.g. rotulagem nutricional <i>front-of-pack</i> , rotulagem de origem, formas mais sustentáveis ou diferenciadoras de processos produtivos, significado das datas de validade dos géneros alimentícios)	51
	13 - Contribuir para a meta do Pacto Ecológico Europeu em matéria de agentes antimicrobianos	N1.9: Utilização racional dos produtos antimicrobianos.	52
	14 - Contribuir para as metas do Pacto Ecológico Europeu em matéria de pesticidas	N2.9: Promover o uso sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos	53
	15 - Melhorar o bem-estar dos animais	N3.9: Melhorar o bem-estar animal e a resposta a zoonoses bem como a respetiva comunicação ao consumidor	54
Promoção e partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais, e incentivar a sua utilização	16 - Reforçar o Sistema de Conhecimento e Inovação Agrícolas (AKIS) de Portugal	N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	55
		N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	56
		N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	57
	17 - Contribuir para a meta do Pacto Ecológico Europeu em matéria de banda larga, melhorando a cobertura da banda larga de acesso da próxima geração	N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	58

(*) – O quadro identifica as necessidades PT (Continente) e a sua associação com as recomendações da COM. Após consolidação das necessidades PT, com os contributos da RA Madeira e RA Açores, será elaborado um quadro de relações atualizado.

III ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS RECEBIDOS NA PRIMEIRA FASE DE CONSULTA ALARGADA ÀS PARTES INTERESSADAS

III.1 PROCESSO METODOLÓGICO

O processo metodológico de planeamento do Plano Estratégico da PAC assentou até à fase de consulta alargada iniciada a 16 de novembro de 2020, em **quatro** processos distintos:

1. Identificação da Visão Estratégica Nacional

Numa primeira fase e tendo por base os objetivos da PAC indicados na figura 5, foi elaborada a **visão estratégica nacional**. Esta visão, de carácter aspiracional, é apresentada no documento “Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção” e refere



que a futura PAC deverá ser desenvolvida tendo por base “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”.

2. Diagnósticos e Análise SWOT

Numa segunda fase foram desenvolvidos os documentos de situação atual, tendo por base um conjunto alargado de indicadores comuns de contexto que caracterizam a situação nacional para cada dos objetivos específicos da futura PAC. Estes conjuntos de diagnósticos estratégicos foram elaborados para cada uma das três regiões administrativas alvo: (Continente / RA Madeira / RA Açores) e relativamente aos quais foram elaboradas dez conjuntos de matrizes SWOT. As constatações de cada um dos quadrantes da matriz foram classificadas em dois tipos: **Principal** quando esta advém diretamente do diagnóstico desse objetivo ou **Complementar** quando a constatação decorre de outra constatação presente noutro objetivo mas que apresenta relevância para essa análise SWOT.

3. Identificação das Necessidades por região alvo

Numa terceira fase foram identificadas as necessidades por objetivos específico e transversal, tendo as mesmas sido obtidas da conjugação integrada de constatações da SWOT. Tendo em consideração que existem necessidades que são comuns a vários objetivos específicos, optou-se por associar essa necessidade comum a um só objetivo “necessidade principal”(P) e sinalizar, essa necessidade comum, nos restantes objetivos específicos, como “complementar”(C).

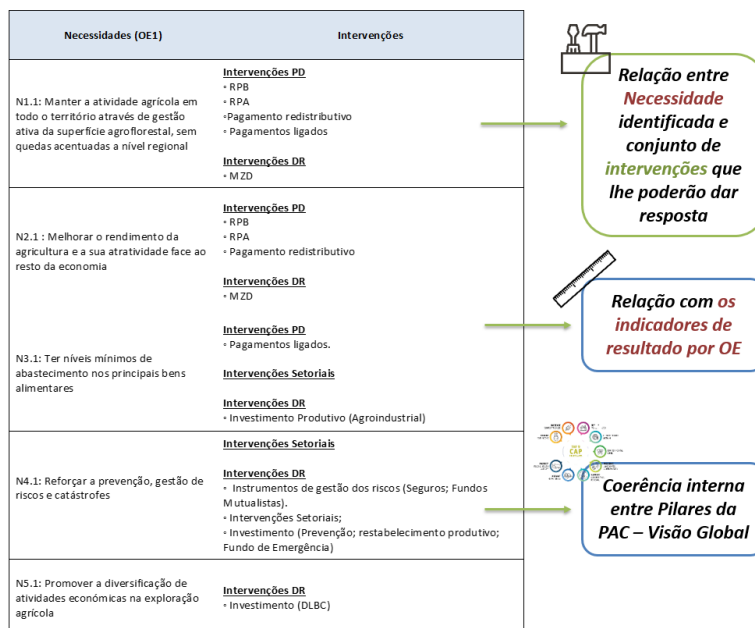


4. Estratégia de intervenção

Por fim foi elaborada a relação entre as necessidades e as intervenções previstas no Regulamento dos Planos Estratégicos.

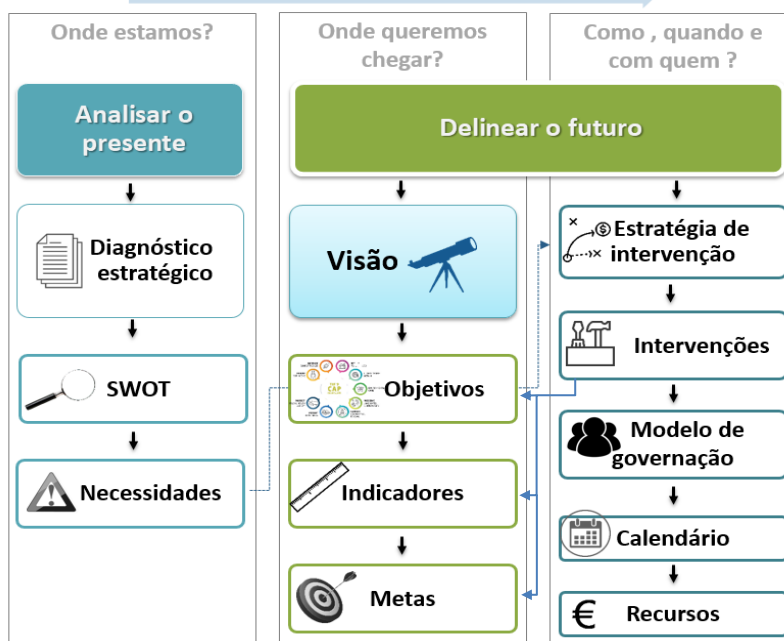
Esta relação reflete o papel das intervenções de ambos os pilares da PAC para a mitigação das necessidades identificadas por objetivo.

Figura 7 : Relação entre Necessidades e intervenções



As seguintes fases de planeamento incidirão no **desenho das intervenções, modelo de governação, elaboração de plano de indicadores e recursos financeiros**. No diagrama seguinte encontram-se esquematizados os passos de planeamento subjacentes ao Plano Estratégico da PAC.

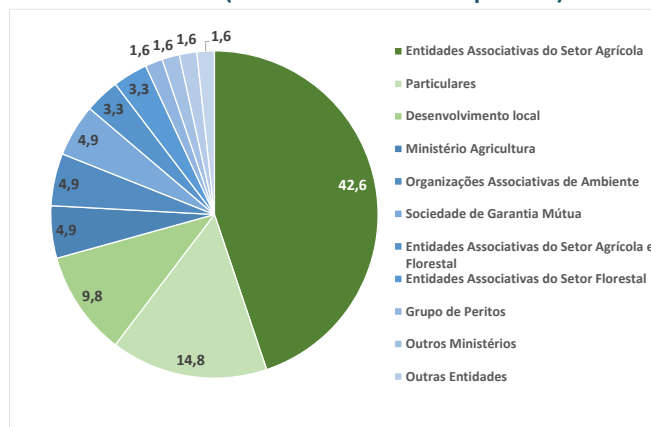
Figura 8 : Processo de Planeamento PEPAC 23-27



III.2 NATUREZA DAS ENTIDADES QUE PARTICIPARAM NA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE CONSULTA

Os intervenientes na 1ª fase do Processo de Consulta alargada participaram com um total de **68 contributos**⁴, rececionados entre os dias 17 de novembro de 2020 e 8 de janeiro de 2021, diferenciando-se em **particulares** (e.g. pessoas com interesse na área, podendo ou não exercer ou ter exercido funções na área da agricultura/floresta) ou **entidades**, que podem ser distintas em **setoriais** (e.g. focarem-se num setor agrícola/florestal, geral ou regional, ou num ponto específicos na cadeia de abastecimento alimentar/florestal, a montante ou a jusante da cadeia), **ambientais** (e.g. Coligação C6, Zero, Plataforma Transgénicos Fora), **integradas na administração pública central, local ou regional** (e.g. integradas no Ministério da Agricultura, como as DRAP Algarve e DRAP Norte; Outros Ministérios, como o Ministério da Economia; Municípios, como a Câmara Municipal de Cantanhede; Governo regional dos Açores), **ligadas ao desenvolvimento local** (e.g. Federação A Minha Terra, IDARN, CCDR Norte) ou **outras** (e.g. grupos políticos, como o PS da RAM e Ordens/Sindicatos).

Figura 9 : Distribuição dos contributos por tipologia de entidades (sem contabilizar os repetidos)



Em anexo é apresentada a listagem completa das entidades que apresentaram contributos e o contexto dos mesmos.

As **entidades setoriais** são as que prevalecem em número de contributos, apresentando em geral um carácter associativo/cooperativo, que pode abranger a área dos **meios de produção** agrícolas/serviços agrícolas (e.g. IACA, Anipla, Agrogarante, RurisDesenvolvimento), a área do

⁴ Dos 68 contributos recebidos, sete são repetidos (IDARN)



setor agrícola geral (e.g. CAP, CNA, Confagri, Agrobio) ou **específica setorial** (e.g. Casa do Azeite, Anpromis, Apimar, Fenalac) ou **regional** (e.g. Cooperativa agrícola de Vila do Conde), a área da **promoção e comercialização de produtos agrícolas / agroalimentares** (e.g. Associação Portuguesa de Vinhos do Porto), ligadas à **investigação/inação/transfência de conhecimento** (e.g. PORVID, APOSOLO, Centro de Competências da Caprinicultura) ou as entidades ligadas ao **setor florestal** (e.g., UNAC, Centro Pinus, Forestis, CELPA).

IIII ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS – DOCUMENTO “ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E LÓGICA DE INTERVENÇÃO”

Em geral, os intervenientes no processo de consulta concordam com a visão adotada para o próximo período de programação 2021-2027 de “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”.

A visão nacional apresentada é aspiracional, identificando quais os objetivos a alcançar para o período de programação. Esta concentra-se em diversos conceitos chave, uma **gestão ativa** aplicada pelos agentes beneficiários da PAC nas suas diversas valências (económica, social e ambiental), **abrangente** e extensível à globalidade do território nacional, e baseada numa produção **sustentável**.

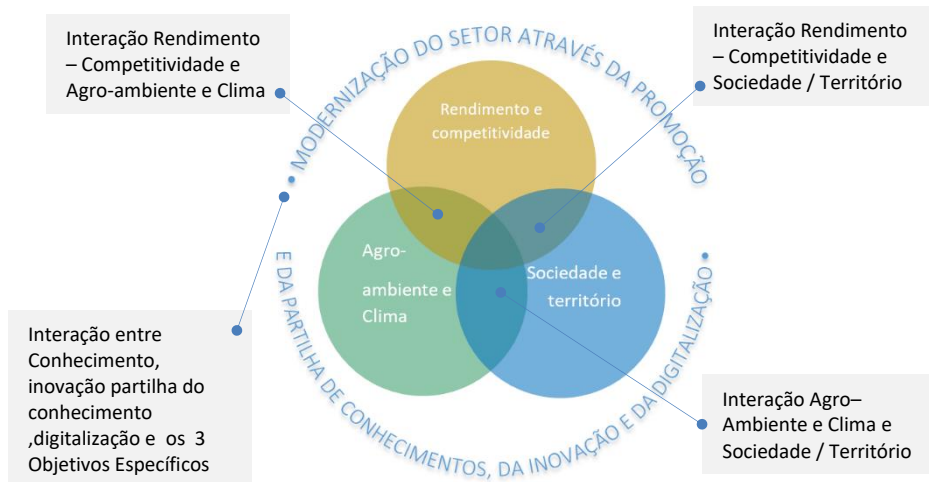
Os contributos recebidos centraram-se nos quatro aspetos fundamentais do próximo quadro de Políticas Agrícolas, as questões do rendimentos e da competitividade dos agricultores, a área do agro-ambiente e clima, os desafios sociais e territoriais e por fim a partilha de conhecimentos, inovação e digitalização de carácter transversal.

Como ponto prévio à análise dos contributos recebidos refira-se que na primeira fase do processo de consulta alargada **não se encontravam a ser discutidos os instrumentos de política agrícola** mas sim o conteúdo dos diagnósticos, das matrizes SWOT, do levantamento de necessidades e da forma como estas poderão ter resposta. Encontra-se prevista uma segunda fase de consulta onde serão pormenorizados os instrumentos de política agrícola e haverá a oportunidade de uma participação e auscultação pública alargada.



A figura seguinte sistematiza os diversos níveis de objetivos da PAC 23/27 e os planos de intersecção entre eles.

Figura 10 : Pilares da PAC 23-27 e planos de interação



III4 DOCUMENTOS – ÁREA GEOGRÁFICA DO CONTINENTE

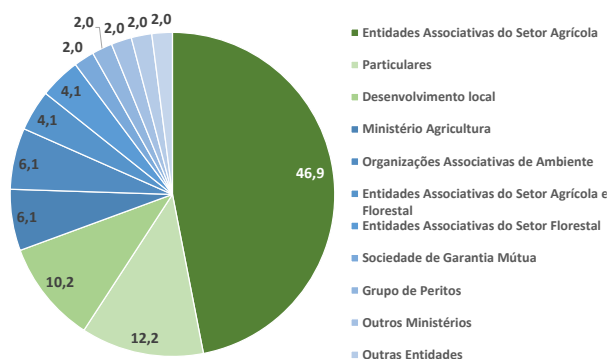
Tal como acima referido anteriormente, na presente secção foi realizada uma apreciação global aos contributos recebidos para os documentos submetidos à consulta alargada no que refere aos documentos produzidos para a região do Continente.

A análise foi organizada por uma questão metodológica por grande tema, isto é, por objetivo geral ou transversal.

III41 NÚMERO DE CONTRIBUTOS POR ENTIDADES - REGIÃO DO CONTINENTE

Dos 49 contributos recebidos para Portugal Continental, 46,9% procederam de entidades associativas do setor agrícola, 12,2% de particulares e 10,2% de entidades ligadas ao desenvolvimento local, perfazendo 69,4% do total de contributos.

Figura 11 : Distribuição dos contributos por tipologia de entidades - Continente



**III42 ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS POR OBJETIVO GERAL / OBJETIVO
TRANSVERSAL (DIAGNÓSTICO / SWOT E NECESSIDADES)****(1) OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E
DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR**

Tal como já fora referido nos diagnósticos para os Objetivos Específicos 1, 2 e 3, Portugal continental, em face da sua localização geográfica encontra-se mais suscetível a fenómenos de desertificação, de perda de biodiversidade, a fenómenos de seca e a prevalência de problemas sanitários dos animais e das plantas. Estas condicionantes associadas às aleatoriedades climáticas podem tornar fenómenos esporádicos mais frequentes e graves, o que poderá vir a comprometer a resiliência económica das explorações agrícolas, já que estas se encontram fortemente exposta a riscos naturais e climáticos.

A investigação e a inovação, incluindo a utilização de tecnologia, são elementos importantes para um aprofundar do conhecimento dos fatores edáficos e climáticos que condicionam o desenvolvimento das atividades agrícolas, destacando-se neste particular a importância crescente da utilização racional dos recursos água e solo.

A existência de apoios específicos aos rendimentos dos produtores agrícolas e a necessidade de se diversificarem as atividades com potencial de crescimento económico associado às fontes tradicionais de rendimento, constituem-se como instrumentos importantes nas zonas mais vulneráveis em termos de risco de abandono das atividades agrícolas e florestais.

No que refere à organização da produção, em termos de percentagem do valor total por setor comercializado pelas organizações de produtores, este indicador varia significativamente consoante o setor, existindo uma margem significativa para melhorias. Continuar a apostar na ligação entre a produção e a comercialização poderá traduzir-se num melhor poder de negociação, às inovações e à partilha de soluções tecnológicas especializadas com um potencial impacto positivo no desempenho financeiro e ambiental das explorações individuais.



Os pagamentos diretos assumem um importante papel de estabilização dos rendimentos para os agricultores sendo no entanto necessário o seu reajustamento, sem disrupções que possam por em causa a viabilidade económica das explorações e que fomentem o abandono da atividade agrícola.

A definição de um modelo adaptativo deverá, tanto quanto possível, ter em conta a diversidade das explorações produtivas agrícolas e os constrangimentos naturais existentes.

A abordagem holística à gestão dos riscos, deverá ainda constitui-se como uma estratégia importante, devendo esta ser articulada com todos os mecanismos que fomentam a resiliência económica do setor. Neste sentido deverão ser promovidos instrumentos específicos, como os seguros ou outros, que se revelem adaptados aos riscos inerentes à atividade agrícola.

Recorde-se que para o Objetivo Geral 1 foram identificadas para a região do Continente **16 Necessidades** principais, podendo estas estar indiretamente associada a outros objetivos de modo complementar.

Figura 12 : Matriz de necessidades Região Continente e ligação aos Objetivo Geral 1

Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N1.1: Manter a atividade agrícola em todo o território através de gestão ativa da superfície agroflorestal, sem quedas acentuadas a nível regional	P									
N2.1: Melhorar o rendimento da agricultura e a sua atratividade face ao resto da economia	P									
N3.1: Ter níveis mínimos de abastecimento nos principais bens alimentares	P									
N4.1: Reforçar a prevenção, gestão de riscos e catástrofes	P									
N5.1: Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola	P									
N1.2: Valorizar produtos de qualidade diferenciada	C	P								
N2.2 Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas)	C	P		C				C		
N3.2. Melhorar a disponibilização de mão-de-obra agrícola.	C	P								
N4.2: Otimizar os custos de produção nomeadamente através da melhoria da eficiência na utilização de fatores de produção.	C	P								
N5.2: Facilitar o acesso à terra por parte dos agricultores.	C	P								
N6.2: Melhorar o acesso ao financiamento por parte dos agricultores.	C	P								



Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N7.2: Promover e divulgar os produtos agrícolas nacionais no mercado interno e externo.	C	P								
N8.2: Redução de custos de contexto nomeadamente no que se refere a processos de licenciamento.	C	P								
N1.3: Promover a organização da produção		C	P							
N2.3: Promover a cooperação vertical entre os vários intervenientes da cadeia de abastecimento alimentar		C	P							
N3.3: Promover relações comerciais justas e equilibradas ao longo da cadeia alimentar		C	P							

Na tabela seguinte encontram-se identificadas alguns contributos que se consideraram relevantes para a reflexão necessária à apreciação de pontos de vista das diversas partes interessadas.

Figura 13 : Contributos para o Objetivo Geral 1 – Rendimento e Competitividade

Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Formação e aconselhamento	A resiliência económica está também intimamente ligada ao aumento do conhecimento e da inovação nas explorações agrícolas, com esta última contribuindo para que os agricultores consigam controlar os seus custos e melhorar a sua gestão.	Interação entre Conhecimento, inovação partilha do conhecimento ,digitalização e os Objetivo Geral 1
Pagamentos Diretos	Os Pagamentos Diretos aos produtores europeus (PDP) são hoje justificados pelo contributo que estes dão à sociedade e que o mercado não remunera devidamente, nomeadamente de carácter ambiental.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Limitações impostas pela Estratégias “Do prado ao prato” e “Biodiversidade” em termos de produção agrícola e rendimento	Possível condicionadamente do Planeamento Estratégico do PEPAC à estratégia da Comissão Europeia em matéria de ambiente e clima, designadamente o Pacto Ecológico Europeu e as Estratégias do Prado ao Prato (EPP) e da Biodiversidade (EB).	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Maior equidade territorial na concessão de apoios ao rendimento	Necessidade de ajustamento às necessidades locais e regionais.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Investimento dentro e fora da exploração agrícola; investimento em infraestruturas e serviços em zonas rurais	Modernização, inovação, ganhos de eficiência, acesso banda larga, comércio eletrónico, estruturas coletivas, (ganhos de escala, comercialização, uniformidade na qualidade dos produtos)	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Exigências dos consumidores: qualidade e preço; orientação para o mercado;	Os consumidores estão cada vez mais atentos à forma como os alimentos são produzidos (e.g. produção ambiental e eticamente sustentável), valorizando os produtos de qualidade (e.g. DOP), tendo os agentes económicos da fileira agroalimentar, como os agricultores, de orientarem a sua produção no sentido das apetências dos consumidores. Contudo, para os consumidores o fator qualidade é importante mas o fator preço também (sendo relevante as economias de escala ao nível da compra de fatores de produção e ao nível da comercialização).	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território



Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Comércio internacional (défice agroalimentar; orientação para o mercado externo)	O comércio internacional agroalimentar sofreu um grande impulso na última década com o forte crescimento das exportações, apresentando uma maior orientação para o mercado externo. Este indicador expressa o maior grau de competitividade do complexo agroalimentar com impactos positivos sobre o rendimento dos agentes intervenientes na cadeia alimentar, como o agricultor, e sobre o comércio internacional de bens e serviços da economia. Considerando que a maior parte da atividade agrícola decorre nas zonas rurais, uma maior competitividade do setor pode significar ganhos para a economia das regiões.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Abastecimento alimentar	A atividade agrícola na sua função de produção de alimentos de forma sustentável para garantia de abastecimento alimentar à população, é prosseguida pelos agricultores que gerem bens públicos, nomeadamente ambientais.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território ; Agro-ambiente e Clima
Rendimento e Gestão do risco nas explorações agrícolas	As estratégias de gestão do risco deverão ser abordadas de forma integrada e complementar. A atividade agrícola encontra-se sujeita nomeadamente a riscos climáticos (potenciados pelas alterações climáticas) e à volatilidade dos preços das matérias-primas no mercado mundial tornando o rendimento desta atividade incerto. Enquanto os apoios ao rendimento permitem uma estabilização do rendimento da atividade agrícola, mantendo a agricultura nas regiões/setores onde há maior risco de abandono (o abandono da atividade agrícola numa região pode torna-la mais suscetível a incêndios florestais; o abandono de um setor agrícola pode tornar o país mais dependente de importações), os instrumentos de gestão do risco (e.g. seguros e fundos mutualistas) permitem responder a grandes perdas causadas por eventos climáticos adversos, ou os investimentos que possibilitam a prevenção do risco (e.g. sistemas de cobertura antigranizo).	n.a
Organização da produção (e.g. economias de escala; concentração da oferta; distribuição de valor ao longo da cadeia de abastecimento alimentar)	Há uma falta de integração vertical iniciada pelo sector primário. Os produtores primários estão apenas numa escala limitada a expandir-se a jusante na cadeia de abastecimento (seja na transformação dos produtos ou venda directa) – e estão assim a subutilizar oportunidades para aumentar o seu poder de mercado. Ao nível da organização da produção ainda pode ser destacada a questão, realçada por algumas entidades, sobre o grande poder negocial da distribuição, em oposição ao baixo poder negocial da produção agrícola.	n.a
Acesso ao financiamento	O acesso ao financiamento para a reestruturação e modernização das explorações agrícolas poderia ser aumentado através de um maior desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores	n.a



(2) OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA



Os diagnósticos apresentados nos Objetivos 4 a 6 evidenciam que em Portugal, as **emissões de gases com efeito de estufa** provenientes da agricultura⁵ apresentam uma fase de diminuição a partir de 1990, sendo que entre 2013 e 2018, as emissões de gases com efeito de estufa, que não o CO₂, provenientes da agricultura aumentaram mais do dobro da média da UE-27.

Ao nível nacional o Plano Nacional em matéria de Energia e Clima (PNEC) de Portugal estabelece **uma meta de redução em 11 % das emissões no setor agrícola em 2030**, face com 2005.

As recomendações da COM a PT, decorrentes do diálogo estruturado, referem que deverão ser desenvolvidas medidas específicas dirigidas à mitigação das emissões de metano, através de uma melhor gestão dos alimentos para animais, bem como para a gestão de estrumes, através de investimentos específicos. Esse mesmo documento indica que estas medidas deverão ser equilibradas e ponderadas em função do risco de perda de biodiversidade e do risco acrescido de incêndios florestais em pastagens mal conservadas.

Quanto às **florestas** o diagnóstico constante do OE8 refere sua importância como importante sumidouro de carbono. No entanto, o **sequestro de carbono** no setor LULUCF tem vindo a diminuir acentuadamente desde 2008, refletindo a necessidade de práticas de gestão florestal mais resilientes e sustentáveis. O ano de 2017 foi o mais negativo em termos de resultados líquidos nas emissões de GEE registado desde 2000, uma vez que foi o único ano em que a componente de solos com floresta e matos apresentou valores positivos, perdendo a sua capacidade sequestradora e constituiu-se como um emissor de GEE. Estes resultados devem-se sobretudo aos eventos de incêndios rurais ocorridos nestes anos (2003, 2005 e sobretudo 2017).

Os **pagamentos baseados nos resultados da PAC** podem ser definidos para recompensar o sequestro de carbono e a proteção do armazenamento de carbono, a fim de promover um novo modelo de fixação de carbono nos solos agrícolas em torno da ação climática.

⁵ Sem uso do solo, alteração do uso do solo e florestas (LULUCF)



As **emissões de amoníaco** provenientes da agricultura em Portugal têm vindo a aumentar desde 2013, o que coloca o país em risco de incumprimento do seu compromisso de reduzir as emissões de amoníaco entre 2020 e 2029 e a partir de 2030. O fator que mais contribui para esse aumento é a produção animal (as cabeças normais têm vindo a aumentar), seguida da utilização de fertilizantes azotados.

Embora o consumo de energia da agricultura e da silvicultura por hectare de superfície agrícola utilizada (SAU) tenha aumentado entre 2013 e 2018, a uma taxa superior ao dobro da média da EU, no geral, este consumo continua a ser inferior à média da EU.

No que refere à **contribuição da agricultura para a produção total de energia renováveis** em 2018 (em Portugal) esta ainda se situa abaixo da média da UE.

A disponibilidade de **água e a qualidade do solo** são dois desafios significativos para o setor agrícola em Portugal.

Portugal, por força das suas condições edafoclimáticas, está entre os países da UE onde os **níveis de captação de água** são particularmente elevados. Apesar da diminuição significativa do consumo de água na agricultura nos últimos anos, existe margem para adoção generalizada de técnicas de gestão hídrica baseadas no conhecimento, tecnologia e na inovação.

O **teor médio de carbono orgânico nas terras aráveis** situa-se entre os mais baixos da UE. A conversão de terras aráveis em pastagens constitui-se como uma medida relevante para sequestrar carbono no solo e combater a desertificação e a erosão do solo. No futuro, os aspetos da gestão e da qualidade dos solos poderão ser abordados em sinergia com as atividades no âmbito da missão do programa Horizonte Europa em matéria de saúde dos solos.

Existem também desafios no que respeita à **qualidade da água**. Neste domínio a agricultura é identificada como a pressão mais significativa.

A preservação da **biodiversidade** continua a constituir um desafio em Portugal, onde o estado de conservação dos habitats agrícolas é amplamente classificado como «desfavorável-inadequado». Os modos de produção baseados nas funcionalidades dos ecossistemas e num menor recurso a fatores de produção, nomeadamente a agricultura biológica e alguns sistemas de exploração tradicionais, que têm um impacto positivo em termos



ambientais, nomeadamente na biodiversidade e na preservação das espécies e dos habitats naturais.

O futuro plano estratégico da PAC deverá desempenhar um papel importante através do reforço da ambição ambiental, aumentando o nível dos requisitos mínimos e desenvolvendo instrumentos de incentivo adequados. Neste domínio poderão ser exploradas as potencialidades da preservação das zonas de agricultura extensiva, e práticas que contribuam para o aumento da biodiversidade (doméstica e silvestre).

Recorde-se que para o Objetivo Geral 2 foram identificadas para a região do Continente **18 Necessidades principais**, podendo estas estar indiretamente associada a outros objetivos de modo complementar.

Figura 14 : Matriz de necessidades Região Continente e ligação aos Objetivo Geral 2

Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N1.4: Mitigar as emissões de GEE através da melhoria da digestibilidade da alimentação animal.				P						
N2.4: Melhorar a gestão dos efluentes pecuários promovendo a valorização agrícola e através de outros fins, privilegiando a fertilização orgânica com redução do uso de fertilizantes inorgânicos.				P						
N3.4: Mitigar as emissões de GEE e aumentar a capacidade de armazenagem de carbono atmosférico e melhorar o teor de matéria orgânica no solo.				P						
N4.4: Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos.	C	C		P						
N5.4: Aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria.				P						
N6.4: Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria.		C		P						
N1.5: Melhorar a gestão dos recursos hídricos através de uma adequada disponibilização e utilização dos mesmos com enfoque nas áreas mais sujeitas a <i>stress</i> hídrico.		C		C	P					
N2.5 Melhorar a qualidade da água superficiais e subterrâneas com prioridade nas zonas sujeitas a maior pressão.					P					
N3.5 Combater a degradação do solo agrícola e florestal, preservando e melhorando a sua fertilidade e minimizando processos de desertificação e erosão.				C	P					
N4.5 Melhorar a qualidade do ar através da redução das emissões de amoníaco (NH3) com enfoque na alteração de práticas e tecnologias, bem como pela redução da emissão de poluentes					P					



Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
atmosféricos decorrentes de queimadas e da ocorrência de incêndios rurais.										
N5.5.Melhorar a capacidade de resposta ao aumento da incidência e emergência de pragas e doenças, num contexto da regulação de autorização de uso de pesticidas e de resistência antimicrobiana.					P					
N6.5. Apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para a agricultura biológica.		C		C	P					
N1.6 Promover a biodiversidade doméstica através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais e florestais		C				P				
N2.6 Promover condições adequadas aos polinizadores incluindo apicultura						P				
N3.6 Contrariar a dispersão de espécies invasoras lenhosas e não lenhosas						P				
N4.6 Melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade						P				
N5.6 Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais.				C		P				
N6.6.Promover uma gestão multifuncional de espaços agrícolas e florestais, incluindo as atividades cinegéticas, no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas.						P				

Na tabela seguinte encontram-se identificadas alguns contributos que se consideraram mais relevantes.

Figura 15 : Contributos para o Objetivo Geral 2 – Agroambiente e Clima

Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Sustentabilidade das comunidades rurais como os pequenos agricultores	A sustentabilidade das comunidades rurais, nomeadamente através da pequena agricultura , para efeitos de proteção dos valores ambientais e paisagísticos .	Interação Agro–Ambiente e Clima e Sociedade / Território
Qualidade do ar, incêndios rurais e emissões de amoníaco	<p>A qualidade do ar pode ser um fator distintivo das zonas rurais face às urbanas. Em geral, as zonas rurais pela sua ligação à atividade agrícola e florestal assim como o facto de apresentarem uma menor densidade demográfica e industrial estão associadas a melhor qualidade do ar, podendo contribuir para a economia destas regiões atividades de carácter turístico (e.g. turismo rural e de natureza) e de lazer, de comércio e de artesanato, nomeadamente para o agricultor através da diversificação das atividades agrícolas. Muitos turistas sentem necessidade de passar os períodos de descanso fora das cidades preferindo regiões menos populosas e com maior ligação à natureza, grande parte destas localizadas em zonas rurais.</p> <p>Contudo, a qualidade do ar nestas regiões também pode ser afetada pelos incêndios rurais que têm vindo a ocorrer de forma cada vez mais frequente e intensa, sobretudo na época do verão. A tendência de despovoamento e de envelhecimento das zonas rurais associada ao abandono da atividade agrícola e florestal torna estas regiões mais vulneráveis a incêndios rurais e associados a um contexto de alterações do clima.</p>	Interação Agro–Ambiente e Clima e Sociedade / Território



Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
	Decorrentes do próprio funcionamento da atividade agrícola encontram-se as emissões de amoníaco que afetam a qualidade do ar , em particular resultantes da produção animal e da aplicação de fertilizantes azotados.	
I&D e inovação na área do ambiente, eficiência de recursos; novas formas de armazenamento/utilização da água	O desenvolvimento de novos produtos e serviços, de novos processos, de novas tecnologias na área do ambiente ou da eficiência de recursos (e.g. novas formas de armazenamento e de utilização da água), assim como a formação e aconselhamento dos agricultores, constituem-se como oportunidades para enfrentar as alterações climáticas.	Interação entre Conhecimento, inovação partilha do conhecimento ,digitalização e o Objetivo Geral 2
Eficiência na utilização da água pela agricultura	A eficiência na utilização da água pelo setor (um dos fatores limitantes da produção agrícola), possibilita conciliar ganhos de produtividade do setor (menos custos de produção), relevantes para o rendimento do agricultor assim como para o abastecimento alimentar, com as maiores exigências ambientais decorrentes das estratégias e políticas europeias, sobretudo num contexto de alterações climáticas em que se prevê o agravamento de fenómenos climáticos extremos, como o alargamento dos períodos de seca em períodos de maiores exigências hídricas das culturas, em regiões de clima mediterrânico. A eficiência na utilização da água permite que o recurso não seja desperdiçado, por exemplo por escoamento superficial, podendo ser aplicado onde e quando necessário. Para este efeito são relevantes nomeadamente a agricultura de precisão, o tipo de rega, o estado de conservação da rede de abastecimento de água e o nível de conhecimento do agricultor.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Poupança na utilização de água pela agricultura	A água é um recurso escasso e limitante da produção agrícola. Em geral, maiores ganhos de produtividade estão associados a culturas regadas, em que a carência hídrica é colmatada com a satisfação das necessidades hídricas das plantas através da rega. Um clima mediterrânico é em si caracterizado por apresentar um período (verão) em que a menor precipitação está associada uma maior temperatura, logo uma maior evapotranspiração das plantas, que pode coincidir com um período de maior exigência em água para a produção. Logo, se as culturas não forem regadas a produção será inferior com impactos no rendimento do agricultor assim como na oferta de alimentos. Contudo, em alguns casos será possível recorrer à utilização de águas residuais, pluviais e dessalinização enquanto alternativas à utilização de águas superficiais e subterrâneas . Saliente-se também a questão da “competição” pela água por parte de outros setores da economia assim como do abastecimento à população em períodos críticos.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Qualidade da água e aplicação de fertilizantes	A qualidade da água pode ser afetada pela atividade agrícola , se por exemplo parte do fertilizante aplicado não é utilizado pela cultura podendo o excesso contaminar linhas de água próximas. Considerando que os solos nacionais são em grande parte pobres, com baixo teor em matéria orgânica, é necessário recorrer à fertilização para colmatar essa carência. Para que a planta tenha à sua disposição os nutrientes adequados ao seu desenvolvimento e que não haja excesso de fertilizantes que possam ser arrastados e contaminarem águas, deverá recorrer à agricultura de precisão que permite conhecer exatamente onde, como e quando aplicar os fertilizantes. Além disso, as boas práticas agrícolas (condicionalidade dos apoios), a formação e aconselhamento dos agricultores, assim como a utilização de alternativas à utilização de fertilizantes químicos (e.g. fertilização orgânica) podem ser relevantes para evitar que as linhas de água sejam contaminadas.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Conservação e recuperação do solo	Grande parte dos solos nacionais, de estrutura delgada e pobres em matéria orgânica, encontram-se suscetíveis ao fenómeno da desertificação ainda mais num contexto de alterações climáticas, e também mais vulneráveis aos incêndios rurais que se tornaram mais frequentes com o abandono da atividade agrícola e florestal em algumas regiões do país. Assim sendo, a conservação e a recuperação do solo (e.g. agricultura regenerativa) são oportunidades não apenas para garantir a continuidade da produção agrícola assim como de todo o ecossistema que depende do solo , conservando e retendo o carbono no solo e na vegetação.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima



Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Utilização de culturas adaptadas às condições edafo-climáticas ou de sistemas de produção tradicionais	A utilização de culturas adaptadas às condições edafo-climáticas características do clima mediterrânico, nomeadamente raças autóctones e variedades vegetais tradicionais, ou de sistemas de produção tradicionais podem contribuir para uma menor pegada hídrica (menos exigentes em água), uma melhor gestão do risco e, também, produção de produtos de qualidade , que geram rendimento ao agricultor.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Energia renovável / transição energética	A transição energética de fontes de energia fóssil para fontes de energia renovável possibilita uma maior independência energética das explorações agrícolas, uma menor suscetibilidade às flutuações dos preços do petróleo no mercado internacional. Associada à transição energética encontra-se também a menor pegada carbónica da energia renovável, com a redução das emissões de CO ₂ . Para este efeito são relevantes nomeadamente o funcionamento dos sistemas de rega a partir de energia renovável ou a agricultura de precisão.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Do modelo de intensificação agrícola à agroecologia;	A agricultura mais utilizadora de fatores de produção tem na sua origem a ideia conceptual de possibilitar uma maior produtividade das culturas e dos animais de produção através de economia de escala, de maior capacidade de controlo de sistemas homogéneos em diversidade e em idade das espécies (e.g. monocultura) ou especialização , permitindo que as explorações sejam competitivas e lucrativas deste modo. Foram apresentados exemplos de modelos de produção alternativos , baseados em princípios de conservação. Alguns intervenientes no processo de consulta consideram que algumas regiões/setores encontram-se sujeitas a um maior nível de intensificação que tem vindo a apresentar impactos negativos para o ambiente (e.g. biodiversidade do solo e aves, quantidade e qualidade da água, desertificação do solo), para a população envolvente (e.g. qualidade do ar) e para a cultura da região (e.g. paisagem alterada, danificação de locais arqueológicos por máquinas agrícolas). Consideram que a atividade agrícola aqui praticada devia mais regulada.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Emissões de GEE (dióxido de C e metano) e sequestro de C (solo e vegetação arbórea e herbácea)	O aumento do sequestro de C em conjunto com a redução das emissões de GEE contribuem para a neutralidade carbónica . A redução das emissões de GEE através da substituição de fontes de energia fóssil por energia renovável (e.g. para funcionamento de motores de rega, de sistemas de ventilação, de aquecimento e de iluminação de instalações), da reciclagem/utilização de subprodutos/desperdícios da atividade (e.g. o metano dos estrumes, para produção de energia e fertilizante), da eficiência na utilização de alimentos pelos ruminantes (e reduzir a fermentação entérica dos ruminantes), pode ter efeitos positivos no rendimento da atividade agrícola. Já o aumento do sequestro de carbono acompanhado da conservação do carbono existente no solo e na vegetação pode conseguir-se nomeadamente através da (re)florestação, instalação de pastagens, conservação e/ou técnicas que melhorem o teor de matéria orgânica no solo / proteger o ecossistema do solo.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Modos de produção sustentável	Os modos de produção sustentável, com destaque para o modo de produção biológico, permitem compatibilizar ganhos ambientais (e.g. conservação do solo, restrições na aplicação de produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes) com ganhos económicos (e.g. valorização dos produtos de qualidade por parte de uma população cada vez mais exigente).	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Valorização dos serviços dos ecossistemas	Os serviços promovidos pelos ecossistemas não se encontram em geral associados a um preço, pela dificuldade de associar um preço a serviços não valorizados pelo mercado (e.g. é o caso da regulação do clima, polinização, controlo da erosão e das inundações). Contudo, a sua importância para a manutenção/sobrevivência do planeta é evidente. As zonas rurais são territórios caracterizados por integrarem paisagens naturais (algumas em rede Natura2000) de valor paisagístico relevante, que oferecem inúmeros serviços dos ecossistemas que devem ser preservados. A diversificação das atividades agrícolas (e.g. turismo, lazer, artesanato, comércio) pode ser uma forma de valorizar os serviços dos ecossistemas com o envolvimento do agricultor, assim como as medidas agroambientais que em troca de um apoio o agricultor mantém as terras agrícolas em boas condições ambientais, garantindo que os serviços dos ecossistemas se mantêm em funcionamento.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima



Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Preservação de espécies e habitats	A preservação de espécies e de habitats é fundamental para manter o equilíbrio dos ecossistemas. Por exemplo, a extinção de uma espécie pode desencadear uma série de reações em cadeia nomeadamente a extinção ou a sobrepopulação de outras espécies de animais ou de plantas, ameaçando o equilíbrio do ecossistema. O potencial risco de extinção das abelhas alertou a comunidade internacional para os impactos sobre a polinização, a produção agrícola e a alimentação humana. Outros exemplos são os do lobo-ibérico e do lince-ibérico que em falta de presas comuns (e.g. lebres, coelho bravo), por razões de doenças e de perda de habitats, poderão ter tendência a pregar animais de produção, entrando em conflito com as atividades pecuárias.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima
Cumprimento de legislação ambiental, medição dos resultados das intervenções;	O compromisso de garantia de boas práticas agrícolas em função dos apoios agroambientais e MZD possibilita o cumprimento de legislação de cariz ambiental por parte dos agricultores. Além disso, o PEPAC encontra-se sujeito a uma maior orientação para resultados, nomeadamente no âmbito do ambiente e clima (maior ambição ambiental e climática). Não se trata apenas de garantir a conformidade dos pagamentos mas também que os pagamentos têm efeitos práticos (medição dos resultados das intervenções). A obtenção de resultados positivos acompanhados do cumprimento da legislação ambiental contribui para a prossecução dos objetivos ambientais e climáticos a que o EM se propôs.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima

(3) OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS



Portugal tem vindo a registar processos de **urbanização acelerados**, com as pessoas a abandonarem as zonas rurais interiores e a mudarem-se para os centros urbanos no litoral.

Este **fenómeno demográfico** conduziu, nas zonas rurais, a uma queda no número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, de 4 % para os homens e de 3 % para as mulheres entre 2015 e 2019, ao passo que o número de pessoas com menos de 15 anos diminuiu 9 % para os homens e 8 % para as mulheres no mesmo período. Assim, Portugal apresenta a população agrícola mais idosa da UE.

A **renovação geracional** da agricultura é uma questão chave para o futuro das zonas rurais. As comunidades rurais vibrantes precisam de jovens agricultores qualificados e inovadores capazes de responder às novas exigências da sociedade ao sector agrícola, desde a produção de alimentos de qualidade à produção de bens públicos ambientais. As principais dificuldades com que os **jovens agricultores** se deparam na criação do seu negócio são o acesso à terra e ao financiamento, bem como a falta de serviços básicos nas zonas rurais que torna estas áreas menos atraentes para a sua instalação.



As zonas rurais em Portugal carecem de oportunidades de **emprego** suficientes, especialmente para os jovens, conforme ilustrado pela taxa de desemprego de 16 % para os jovens dos 20 aos 24 anos, em 2019.

As **mulheres** também têm dificuldade em aceder às oportunidades de emprego, como demonstra a disparidade entre as taxas de emprego masculino e feminino. As necessidades específicas das mulheres na agricultura e nas zonas rurais têm de ser devidamente ponderadas, a fim de garantir a igualdade entre homens e mulheres e colmatar as disparidades de género em termos de emprego, remuneração e pensões, prestação de cuidados e tomada de decisões.

As **florestas e outras terras arborizadas** são uma característica importante em Portugal, cobrindo 53 % do território. Nos últimos anos, os incêndios florestais conduziram a um aumento das emissões LULUCF. A proliferação de terrenos florestais privados de pequena dimensão especialmente nas regiões do centro e norte do país aliados associados a uma baixa gestão florestal ativa reduz a eficácia ao nível das ações de prevenção contra incêndios florestais e contra pragas e doenças florestais. Os sistemas agroflorestais, por outro lado, compostos predominantemente por espécies autóctones (e.g montados de sobro, azinho e carvalho negral) têm demonstrado uma melhor resiliência a riscos semelhantes (abióticos) apresentando igualmente contributos positivos para a biodiversidade e para objetivos climáticos e socioeconómicos.

No que se refere à **bioeconomia**, o número de pessoas que trabalham tem vindo a diminuir anualmente desde 2008.

Em Portugal, o setor agrícola respondeu apenas parcialmente às **exigências sociais** em matéria de alimentação e saúde.

As vendas de **agentes antimicrobianos** flutuaram de modo considerável, mas continuam a ser **superiores à média da UE**.

As vendas de produtos **fitofarmacêuticos** têm registado uma **tendência descendente** e a sua utilização diminuiu entre 2011 e 2018. No entanto, **as vendas dos pesticidas mais perigosos** representam uma parte significativa das vendas totais de pesticidas.



Recorde-se que para o Objetivo Geral 3 foram identificadas para a região do Continente **20 Necessidades principais**, podendo estas estar indiretamente associada a outros objetivos de modo complementar.

Figura 16 : Matriz de necessidades Região Continente e ligação aos Objetivo Geral 3

Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N1.7 Facilitar o acesso à terra por parte dos jovens agricultores e novos agricultores							P			
N2.7 Promover as competências do jovem agricultor e do novo agricultor incluindo o acompanhamento técnico especializado.							P			
N3.7. Facilitar o acesso ao financiamento para os jovens e os novos agricultores e condições de tributação fiscal mais competitivas							P			
N4.7. Garantir apoio ao rendimento dos jovens agricultores nos primeiros anos de instalação, nomeadamente com vista à redução dos riscos do investimento							P			
N5.7 Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais							P			
N1.8: Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado.								P		
N2.8: Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores.								P		
N3.8: Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais).								P		
N4.8: Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta								P		
N5.8: Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer								P		
N6.8: Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade.								P		
N7.8: Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros.								P		
N1.9: Utilização racional dos produtos antimicrobianos.									P	
N2.9: Promover o uso sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos					C				P	
N3.9: Melhorar o bem-estar animal e a resposta a zoonoses bem como a respetiva comunicação ao consumidor									P	
N4.9: Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar									P	
N5.9: Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública)		C	C						P	



Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N6.9: Melhorar a informação e a formação do consumidor em termos de rotulagem alimentar (e.g. rotulagem nutricional <i>front-of-pack</i> , rotulagem de origem, formas mais sustentáveis ou diferenciadoras de processos produtivos, significado das datas de validade dos géneros alimentícios)									P	
N7.9: Promover os produtos da gastronomia portuguesa e a sua relação com dietas saudáveis		C							P	
N8.9: Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima									P	

Na tabela seguinte sinalizam-se alguns dos contributos que se consideraram mais relevantes.

Figura 17 : Contributos para o Objetivo Geral 3 – Sociedade e Território

Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Importância da agricultura e da floresta para a ocupação do território	O despovoamento e o envelhecimento da população rural associados ao abandono da atividade agrícola e florestal fragilizam os ecossistemas agravando o risco de incêndio rural e a degradação do solo (desertificação).	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Sustentabilidade das comunidades rurais como os pequenos agricultores (Estatuto da Agricultura Familiar)	A sustentabilidade das comunidades rurais, nomeadamente através da pequena agricultura , para efeitos de proteção dos valores ambientais, culturais e paisagísticos .	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Economia circular / bioeconomia	O aproveitamento de subprodutos da atividade agrícola e florestal, assim como dos respetivos resíduos, pode possibilitar ganhos de produtividade com impactos positivos no rendimento do agricultor, e em simultâneo, ganhos para o ambiente com o menor consumo de recursos naturais (e.g. água) e de energia fóssil (e.g. petróleo). Por exemplo, o agricultor pode escoar subprodutos para novas fileiras (e.g. reaproveitar fruta/vegetais “feios” para a indústria dos sumos), reutilizar águas residuais para efeitos de rega, produzir energia a partir de biomassa residual (e.g. produzir energia a partir do biogás libertado pelos chorumes). Para este efeito, são relevantes nomeadamente a I&D nesta área, a transferência de inovação e conhecimento para a atividade e a (re)organização das cadeias de abastecimento.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Circuitos de abastecimento curtos e locais;	Os circuitos de abastecimento curtos e locais permitem uma relação mais próxima entre produtor e consumidor e geram uma menor pegada ecológica em resultado da diminuição da distância/consumo de combustível entre a origem e o destino do produto. Saliente-se que com a pandemia COVID-19 a apetência e o conhecimento do consumidor pelas compras <i>online</i> aumentou, tendo a fileira alimentar vindo a acompanhar esta tendência.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Ordenamento do território - legislação	O ordenamento do território é fundamental para garantia de proteção dos recursos. A quantidade, a estrutura e a dispersão de legislação sobre esta temática; a falta de fiscalização e a violação do cumprimento dos instrumentos jurídicos de ordenamento do território; a falta de cadastro em diversas regiões do território são algumas das preocupações destacadas que podem ameaçar nomeadamente a proteção dos recursos.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território



Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Interligação rural-urbano	A produção agrícola decorre sobretudo nas zonas rurais. E é nas regiões urbanas e periurbanas que se concentra a maior parte da população, dos consumidores de alimentos. Dois espaços diferentes embora interligados, por um lado o local de produção e, por outro, o local de consumo. Contudo, as zonas urbanas não se restringem ao consumo de alimentos. Existem comunidades agrícolas em zonas urbanas e periurbanas que contribuem para o abastecimento alimentar. Nestas zonas a proximidade entre local de produção e consumo é maior apesar de ocorrer em menor escala. A agricultura nas zonas urbanas e periurbanas pode garantir algum rendimento à população que aqui vive.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Aldeias inteligentes	Trata-se de uma estratégia <i>bottom-up</i> em que as comunidades rurais identificam as suas necessidades (económicas, ambientais e sociais) e elaboram uma estratégia com base em inovações/soluções tecnológicas. Uma abordagem <i>smart village</i> pretende a aproximação das condições de vida das zonas rurais às zonas urbanas através de, nomeadamente maior cobertura de rede ou de acesso de banda larga, revitalizando as zonas rurais. No fundo, tornar as zonas rurais mais modernas, potenciando a atração de população nomeadamente jovem, para regiões que têm apresentado uma tendência de despovoamento e de envelhecimento.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Jovens agricultores e jovem empresário rural	As zonas rurais têm vindo a apresentar nas últimas décadas uma tendência de despovoamento e de envelhecimento. A perda de população para as zonas urbanas (e para outros países), com melhores perspectivas de rendimento, poderá ser contrariada através do desenvolvimento económico das zonas rurais (e.g. através de instalação de novas empresas, investimento em infraestruturas e equipamentos, instalação de serviços) tornando-as mais atrativas nomeadamente para os jovens (jovem empresário rural). Em particular o setor agrícola, que se concentra sobretudo nestas zonas, também tem perdido mão-de-obra e está mais envelhecido sendo importante reverter esta evolução nomeadamente através de apoios à instalação (e manutenção) de jovens na agricultura (rejuvenescimento da agricultura).	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Novos agricultores; Mulheres na agricultura	O setor agrícola tem vindo a perder mão-de-obra nas últimas décadas. Para contrariar essa tendência é necessário atrair novos agricultores para desenvolver a atividade agrícola, nomeadamente através de apoios à instalação. As mulheres representam cerca de 30% dos produtores agrícolas e correspondem a cerca de 70% dos cônjuges. Apesar dos cônjuges não serem classificados enquanto produtores agrícolas podem ter um papel importante em termos de gestão da exploração.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Acesso à terra, bolsa de terras	As dificuldades de acesso à terra por parte de novos agricultores, nomeadamente jovens, é um dos obstáculos às novas entradas na atividade agrícola. Em particular disponibilidade de terras com solos de maior aptidão agrícola.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Empresas rurais (novas e atuais)	Para impulsionar o desenvolvimento económico das zonas rurais é importante, criar condições para a instalação de novas empresas e manter as empresas que já existem, com impactos positivos na geração/manutenção de emprego rural.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Silvicultura sustentável (gerida de uma forma sustentável)	A gestão sustentável (e ativa) das explorações florestais deve permitir uma maior rentabilidade para o produtor florestal (os produtos da floresta produzidos de forma sustentável são mais valorizados pelo consumidor) e, em simultâneo, ganhos para o ambiente (as florestas são grandes reservatórios de carbono, contribuindo para a neutralidade carbónica).	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território
Infraestruturas e serviços nas zonas rurais	Para o desenvolvimento tecnológico, socioeconómico das zonas rurais será necessário considerar o investimento em novos equipamentos, serviços, infraestruturas, que poderão influenciar de forma positiva a atração de população para estas regiões tradicionalmente despovoadas e envelhecidas.	Interação Rendimento – Competitividade e Sociedade / Território



Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Alimentação, saúde humana, saúde e bem-estar animal (produtos antimicrobianos) e sanidade vegetal (pesticidas);	Os consumidores e cidadãos europeus encontram-se cada vez mais preocupados com a forma como os alimentos são produzidos e chegam às prateleiras dos supermercados. De um modo geral, querem alimentos de qualidade (e.g. saudáveis - sem resíduos de pesticidas ou de antibióticos; tradicionais), produzidos de uma forma ambiental e eticamente responsável (de baixo impacto sobre o ambiente e respeitando o bem-estar animal). Esta preocupação ter-se-á tornado mais evidente com a pandemia da COVID-19, uma doença infecciosa que se transmite de animais para humanos.	Interação – Rendimento e Competitividade e Sociedade / Território
Valorização dos serviços dos ecossistemas	Os serviços promovidos pelos ecossistemas não se encontram em geral associados a um preço, pela dificuldade de associar um preço a serviços não valorizados pelo mercado (e.g. é o caso da regulação do clima, polinização, controlo da erosão e das inundações). Contudo, a sua importância para a manutenção/sobrevivência do planeta é evidente. As zonas rurais são territórios caracterizados por integrarem paisagens naturais (algumas em rede Natura2000) de grande valor estético, que oferecem inúmeros serviços dos ecossistemas que devem ser preservados. A diversificação das atividades agrícolas (e.g. turismo, lazer, artesanato, comércio) pode ser uma forma de valorizar os serviços dos ecossistemas com o envolvimento do agricultor, assim como as medidas agroambientais que em troca de um apoio o agricultor mantém as terras agrícolas em boas condições ambientais, garantindo que os serviços dos ecossistemas se mantêm em funcionamento.	Interação Agro– Ambiente e Clima e Sociedade / Território
Desenvolvimento regional e local e articulação/sinergias com outras políticas	A articulação e as sinergias da PAC com outras políticas, nomeadamente com a Política de Coesão, podem potenciar a criação de valor e de emprego no setor e zonas rurais.	Interação – Rendimento e Competitividade e Sociedade / Território

(4) OBJETIVO TRANSVERSAL: MODERNIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DA PROMOÇÃO E DA PARTILHA DE CONHECIMENTOS, DA INOVAÇÃO E DA DIGITALIZAÇÃO



O diagnóstico do Objetivo Transversal realçou que o sistema de Conhecimento e Inovação Agrícolas (AKIS) em Portugal ainda se caracteriza pela sua **baixa interação e fragmentação**.

Um outro aspeto focado foi o nível dos investimentos públicos associados às Áreas do Conhecimento e na Inovação, que nos Programas de Desenvolvimento Rurais ainda apresentam, **dotações inferiores à média da UE**.

Foi ainda diagnosticado que os intervenientes do AKIS operam ainda com **baixo nível cooperação e coordenação**. Deste modo existe uma capacidade de resposta mais baixa em atender às necessidades crescentes de informação dos agricultores e consequentemente de se efetivar uma aplicação destes conhecimentos ao nível da gestão e consequentemente na melhoria da competitividade dos agentes do Setor.



Os **serviços de aconselhamento** nacionais são dominados pelas organizações de agricultores, ao passo que os consultores públicos têm uma presença limitada e o diálogo entre o setor consultivo e outros intervenientes do AKIS é também limitado.

Além disso, o **sistema de investigação agrícola** apresenta ligações fracas tanto com os consultores como com os agricultores. Neste contexto alguns dos contributos apresentados sinalizam a necessidade de se melhorar as ligações entre as áreas de aconselhamento e investir na formação e competências dos elementos que prestarão serviços de aconselhamento.

O diagnóstico deste Objetivo Geral já tinha sinalizado que o nível global de conhecimentos entre os agricultores, expresso em termos de formação, continua a ser inferior à média da UE. No contexto da participação dos agricultores em mecanismos de intercâmbio e de reforço de conhecimentos a sua expressão ainda é baixa (e.g. projetos interativos de inovação).

No que se refere à **digitalização**, Portugal apresenta ainda índices abaixo da média da UE em termos de utilização de serviços Internet, pese embora nos últimos anos, a cobertura de banda larga de acesso da próxima geração (NGA) nas zonas rurais tenha aumentado significativamente sendo superior à média da UE, sendo no entanto o nível de cobertura assimétrico entre regiões.

O número de pessoas nas zonas rurais com **competências digitais básicas** também continua a ser baixo. A melhoria do acesso à Internet poderá contribuir para o desenvolvimento do setor agrícola, bem como para o desenvolvimento geral das zonas rurais em Portugal.

Recorde-se que para o Objetivo Transversal foram identificadas para a região do Continente **4 Necessidades principais**, podendo estas estar indiretamente associada a outros objetivos específicos de modo complementar.

Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P



Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P

Na tabela seguinte encontram-se identificadas alguns contributos que se consideraram mais relevantes.

Figura 18 : Contributos para o Objetivo Transversal – Modernização do Setor através do conhecimento , inovação e digitalização

Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
Digitalização do setor agrícola e das zonas rurais	O desenvolvimento tecnológico das zonas rurais com o aumento de cobertura de banda larga, assim como de melhorias de acesso à mesma, permite a utilização da internet de uma forma mais rápida e eficaz, tornando as zonas rurais mais modernas, podendo ser um fator desencadeador na atração de população para povoar zonas de menor densidade populacional e envelhecidas. Além disso, o acesso à internet em boas condições permite que as empresas situadas em zonas rurais desenvolvam os seus negócios e que a atividade agrícola, prevalente nestas regiões, se torne mais tecnológica/moderna, recorrendo por exemplo à agricultura de precisão, e consequentemente mais eficiente na utilização de recursos (ambiental e economicamente sustentável), potenciando o interesse de gerações novas por esta atividade.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima e Sociedade/Território
Cooperação para o conhecimento e inovação: Sistema de Conhecimento e Inovação Agrícolas (AKIS)	Para o desenvolvimento do setor agrícola é importante que haja uma comunicação eficaz entre o setor da produção agrícola (agricultor) e o setor da I&D e da inovação (investigadores), através nomeadamente da formação e serviços de aconselhamento promovidos pelas associações/organizações de produtores, ou do estabelecimento de grupos operacionais, permitindo que a investigação e desenvolvimento responda aos desafios da agricultura (e.g. impactos das alterações climáticas sobre a produção, novas exigências dos consumidores, questões ambientais, eficiência produtiva). A este respeito destaca-se a importância das associações/organizações de produtores e das entidades de ensino.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima e Sociedade/Território
Investigação e Desenvolvimento no setor	Para uma investigação e desenvolvimento eficaz/útil na área agrícola/agroalimentar é necessário que os centros de I&D ocupem várias zonas do país (a proximidade geográfica à produção agrícola pode ser relevante) permitindo desenvolver conhecimento em vários pontos geográficos. Além disso, é necessário que haja recursos humanos em número suficiente e com formação especializada, por forma a serem facilmente compreendidos os problemas que se colocam à agricultura e desta forma serem construídos caminhos que respondam aos desafios da agricultura.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima e Sociedade/Território
Formação e aconselhamento no setor agrícola / transferência de conhecimento	O conhecimento em áreas tão diversas como o uso eficiente da água ou os modos de produção sustentável pode transmitido aos agricultores através de ações de formação e serviços de aconselhamento (e.g. associações e organizações de produtores que promovem serviços de aconselhamento ou ações de formação). Com estas ações pretende-se que o agricultor desenvolva a sua atividade de forma mais ambiental e economicamente sustentável, havendo portanto ganhos para o ambiente, para o rendimento do agricultor e para a economia da região/setor.	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima e Sociedade/Território
Nível de escolaridade e formação agrícola do produtor agrícola	A grande maioria dos produtores agrícolas portugueses tem mais de 65 anos e um baixo nível de escolaridade (a formação agrícola é essencialmente prática) podendo tal ser encarado como um obstáculo à inovação tecnológica do setor. A forma como o conhecimento é transmitido e recebido é relevante sobretudo quando se perspetivam	Interação Rendimento – Competitividade e Agro-ambiente e Clima e Sociedade/Território



Âmbito do contributo	Contributo	Tipo de interação principal
	cenários climáticos, ambientais difíceis e que só poderão ser atenuados com inovação e utilização de novas tecnologias.	

A este nível, existe um **consenso** sobre a necessidade de reforçar o investimento nas atividades de Investigação e desenvolvimento, mas igualmente nas atividades de ensino, formação e valorização do conhecimento promovidas pelas universidades e politécnicos, em sintonia com a forte aposta na inovação, tecnologia e conhecimento.

III.5 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS DOCUMENTOS PEPAC, DO ENVOLVIMENTO DOS PARCEIROS, DO CONTEÚDO GERAL DOS DOCUMENTOS E DO PROCESSO DE CONSULTA ALARGADA

Algumas entidades deixam críticas à forma como foi conduzido o **processo de consulta alargada**, nomeadamente no que diz respeito ao **prazo** disponível para analisar a documentação (**curto** em relação à vasta documentação em consulta); em relação à **metodologia** utilizada na construção dos documentos alguns intervenientes referem o desconhecimento do processo de preparação dos documentos, as entidades intervenientes e histórico de reuniões/eventos (e.g. quem foi consultado, quando e de que forma), por exemplo, a RurisDesenvolvimento refere que “Consultado o website indicado no documento (www.gpp.pt/index.php/pac/pac-pos-2020) verifica-se que não contém atas publicadas de reuniões desde 21 de fevereiro de 2019, assim como não há documentos de comunicações públicas desde outubro de 2019.”; alguns referem o **pouco detalhe das intervenções e das metas a atingir**; em relação à **definição** de alguns **conceitos** de base como sejam “verdadeiro agricultor” (e.g. ANIMAR) ou “sistema agroflorestal”; em relação ao facto de alguns **contributos anteriores** propostos por algumas entidades **não** terem sido **integrados ou justificada a não inclusão** nos documentos; para alguns intervenientes, alguns documentos apresentam uma **análise superficial ou insuficiente ou desatualizada** (por exemplo a Federação A Minha Terra refere que os dados de monitorização - compromisso e execução- no âmbito da M10 LEADER do PDR2020 são ainda reportados a Setembro de 2019 e que deveriam ser alvo de atualização. A mesma entidade sugere que os diagnósticos sejam revisitados por forma perceber que tendências foram aprofundadas pela covid-19); outros destacam a **falta de informação relativa à experiência passada** de aplicação das medidas.



Outros intervenientes, como sejam a Federação A Minha Terra, julgam relevante a associação das medidas LEADER a todos os objetivos específicos e não apenas ao OE8. Outros intervenientes referem ainda que os **documentos** alvo de análise **carecem** de uma revisão de **linguagem inclusiva**. Parece também existir dúvidas, por parte de algumas entidades, no que respeita ao **Regulamento PEPAC**, nomeadamente quanto à possibilidade de modificação de artigos regulamentares (por exemplo, a ANIMAR sugere a alteração do título do OE8 referindo que o desenvolvimento local é um processo territorial que não se reduz às “zonas rurais”). Também parecem existir **dúvidas** quanto ao que se entende por **necessidade principal e complementar**.

No que refere à **incorporação das sugestões e recomendações** estas serão **materializadas em diversos níveis**:

- **Diagnósticos Estratégicos:** Atento às sugestões de melhoria dos documentos será efetuada uma revisão dos diagnósticos tendo em vista uma melhor organização dos temas abordados, à inclusão de referências bibliográficas, de lista de acrónimos, à inclusão de todos os indicadores de contexto com informação disponível.

Este exercício irá ainda contemplar atualizações e elementos de análise mais aprofundados em alguns subcapítulos designadamente no âmbito da Desenvolvimento das empresas em zonas rurais (OE7) ; Bioeconomia (OE8); Digitalização (Objetivo Transversal).

No que refere à aplicação de Instrumentos Financeiros serão apresentados elementos complementares de diagnóstico no que refere ao OE2 e OE7.

- **Matrizes SWOT:** Serão efetuados alguns ajustamentos, designadamente no que refere à melhoria da explicitação das constatações, especialmente na sua classificação ao nível dos fatores internos ou externos da matriz;
- **Identificação das necessidades:** Será elaborada uma versão revista da listagem de necessidades, única para PT e subdividida por necessidades regionais (Continente / RA Madeira / RA Açores). Será igualmente melhor clarificada a diferença entre necessidades principais e complementares.



- **Lógica de intervenção:** as principais recomendações quanto a este documento dizem respeito à dificuldade em se clarificarem as siglas utilizadas ao nível das intervenções, pelo que neste contexto será elaborada uma listagem de acrónimos.

III.6 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO – ALTERAÇÕES ÀS ATUAIS E NOVAS INTERVENÇÕES

Pese embora não seja o âmbito do processo de consulta alargada, algumas das entidades propuseram intervenções, de forma mais ou menos detalhada, para a próxima PAC. Das intervenções mais detalhadas, destaca-se a Agrogarante, que propõe a criação de linhas de garantia para apoio aos Projetos de investimento.

Outras entidades sugerem intervenções (alterações às atuais ou novas) a integrar no documento “**orientação estratégica e lógica de intervenção**”, nomeadamente a DRAP Norte, que propõe outras intervenções (para além das presentes no documento) associadas a necessidades identificadas **por tipo de produção** (F&H, vitivinicultura, produção animal e setor do leite e lacticínios) sintetizadas em quadros, por exemplo em relação aos hortícolas e necessidade “N6.5: “Apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para a agricultura biológica” a intervenção **“Incentivar fortemente a produção biológica através da criação a nível dos mercados municipais, a nível nacional, da “Loja da Agricultura Biológica”, dando lugar de destaque a este modo de produção ...”**. Já no caso da fruticultura, para a necessidade 2.2 propõem que *“Assim, atendendo ao atual contexto de alterações climáticas, é imperioso, na Região Norte, o investimento em **infraestruturas coletivas de regadio ...”***.

As entidades com maior ligação ao desenvolvimento local/rural e abordagem LEADER, tais como a “Federação A Minha Terra”, pretendem, em geral, **que as medidas ligadas ao LEADER se mantenham** e que o montante associado seja reforçado.

Para além das propostas mais ou menos detalhadas, algumas entidades destacam algumas preocupações ao nível da implementação atual da PAC, nomeadamente a assimetria na distribuição das ajudas a nível regional e setorial, o pagamento de ajudas diretas com base no desempenho histórico, a necessidade de simplificação do acesso a alguns apoios (e.g. simplificação do apoio ao investimento para os investimentos de menor dimensão) ou de diminuição da carga administrativa (e.g. em sede de análise de pedidos de pagamento).



III7 PONTOS DE CONVERGÊNCIA AO NÍVEL DOS CONTRIBUTOS

A maior parte das entidades revê-se na **visão estratégica para o PEPAC** “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”. Da mesma forma realçam a importância das **novas tecnologias, da digitalização, da I&D, da inovação e da transferência de conhecimento** para responder aos novos desafios que se colocam ao setor agrícola, nomeadamente das questões climáticas e do ambiente ou das novas exigências dos consumidores.

De facto, esta área é mencionada por várias entidades desde as mais focadas nas áreas de investigação e desenvolvimento (e.g. Centros de Competências), assim como as organizações ou associações de produtores (e.g. Confagri) e as mais ligadas à administração pública (e.g. Ministério da Economia).

Saliente-se que o peso conferido à área da transferência de conhecimentos, inovação, novas tecnologias encontra-se abaixo da média UE, uma área determinante para a modernização e competitividade do setor. Uma grande parte dos intervenientes considera fundamental a prossecução dos objetivos do **Pacto ecológico europeu**, (e.g. redução das emissões de GEE, uso sustentável de pesticidas e antibióticos, mais agricultura biológica) que amplia a maior ambição ambiental e climática da PAC para o próximo período de programação, no entanto foram ainda manifestadas preocupações no que refere à sua implicação prática nas atividades agrícolas e no rendimento e como será tratada a ligação entre as metas Europeias e as metas de cada um dos Estados Membros.

IV NOTÍCIAS E IMPRENSA

Na secção seguinte apresenta-se uma listagem **não exaustiva** de notícias difundidas em diversos portais alusivas à primeira fase do processo de consulta alargada.

16/11/2020 - GPP

[Plano Estratégico da PAC 2023-2027 | Consulta alargada](#)

<https://www.gpp.pt/index.php/noticias/plano-estrategico-da-pac-2023-2027-consulta-alargada-3>

17/11/2020- Açores 9

[Plano Estratégico da PAC pós 2020 em consulta pública até 11 de dezembro](#)

<https://jornalacores9.pt/plano-estrategico-da-pac-pos-2020-em-consulta-publica-ate-11-de-dezembro/>



19/11/2020- Portal Frutas Legumes e Flores

[Plano Estratégico da PAC 2023-2027 em consulta](#)

<https://www.flfrevista.pt/2020/11/plano-estrategico-da-pac-2023-2027-em-consulta/>

20/11/2020- Agência Nacional de Inovação

[O Plano Estratégico de Portugal no âmbito Política Agrícola Comum \(PAC\), para o período 2023-2027, encontra-se disponível para consulta pública](#)

<https://www.ani.pt/pt/noticias/not%C3%ADcias-ani/plano-estrat%C3%A9gico-portugal-%C3%A2mbito-pac-2023-2027/>

24/11/2020 – infor CNA

[Consulta alargada do Plano Estratégico da PAC para 2023-2027 até 11 de Dezembro](#)

<http://inforcna.pt/post/consulta-alargada-do-plano-estrategico-da-pac-para-2023-2027-ate-11-de-dezembro/1452>

25/11/2020 – Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

[Plano Estratégico da PAC 2023-2027: Consulta](#)

<http://www.draplvt.mamaot.pt/DRAPLVT/Comunicacao/Noticias/Pages/Plano-Estrategico-da-PAC-2023-2027-Consulta.aspx>

25/11/2020 – Ader-Sousa

[Plano Estratégico da PAC pós-2020 em consulta pública](#)

<https://www.adersousa.pt/2020/11/25/plano-estrategico-da-pac-pos-2020-em-consulta-publica/>

11/12/2020 – Federação A Minha Terra

[Plano Estratégico da PAC pós-2020 em consulta pública - Prazo estendido até 8 de janeiro](#)

<https://www.minhaterra.pt/plano-estrategico-da-pac-pos-2020-em-consulta-publica-prazo-estendido-ate-8-de-janeiro.T13575.php>

11/12/2020 - Agrobio

[Plano Estratégico da PAC 2023-2027 | Consulta alargada aberta até 11 de dezembro](#)

<https://agrobio.pt/plano-estrategico-da-pac-2023-2027-consulta-alargada-aberta-ate-11-de-dezembro/>

18/12/2020 – Rede Rural Nacional

[Plano Estratégico da PAC 2023-2027: Consulta alargada alargada até 8 de janeiro de 2021](#)

<https://www.rederural.gov.pt/12-informacao/3231-plano-estrategico-da-pac-2023-2027-consulta-alargada-aberta-ate-11-de-dezembro>

28/12/2020 – Direção Regional de Agricultura do Alentejo

[1.ª Fase consulta: Plano Estratégico do PAC 2023-2027](#)

<http://www.drapal.min-agricultura.pt/drapal/index.php/newsletter/11-divulgacao/1493-1-fase-consulta-plano-estrategico-da-pac-2023-2027>



31/12/2020 – Agroportal

Primeira fase da consulta ao Plano Estratégico da PAC 2023-2027 alargada até 8 de janeiro de 2021

<https://www.agroportal.pt/primeira-fase-da-consulta-ao-plano-estrategico-da-pac-2023-2027-alargada-ate-8-de-janeiro-de-2021/>



V ANEXO I – ENTIDADES E ÂMBITO DOS CONTRIBUTOS

Tipo de entidade	Região	Entidade	Resumo do contributo
Entidade do Ministério da Agricultura	Continente	Direção Regional de Agricultura do Algarve	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor agrícola da região do Algarve.
Entidade do Ministério da Agricultura	Continente	Direção Regional de Agricultura do Norte	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor agrícola da região do Norte.
Entidade do Ministério da Agricultura	Continente	Gabinete MA	Proposta de revisão do documento <i>draft</i> de diagnóstico sobre o objetivo transversal.
Perito Conselho de Acompanhamento da Revisão da PAC	Continente	Prof. Arlindo Cunha	Notas sobre o PEPAC e seus Cenários.
Outros Ministérios	Continente	Ministério da Economia	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando um documento que sintetiza as principais macro tendências.
Ordens Profissionais	Continente	Ordem dos Engenheiros Técnicos	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a importância do foco nos apoios ao rendimento, nos agricultores enquanto centro das comunidades rurais e impulsionar a inovação nomeadamente através das ordens profissionais.
Particulares	Continente	Elsa Fonseca	Sugestão de montado sobro consociado.
Particulares	Continente	Joana Rodrigues	Exposição de preocupações em relação à agricultura portuguesa.
Particulares	Continente	José Vasco Serrano	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada.
Particulares	Continente	Maria Maia	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o OE7.
Particulares	Continente	Miguel Cabral	Comentários gerais.
Particulares	Continente	Rui Pinto Monteiro	Contributos para o PEPAC focados nas Políticas de Apoio à Gestão Florestal e aos Serviços de Ecossistema.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Advid	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da vinha e do vinho.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Agrobio	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o modo de produção biológico.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Agrogarante	Sugestão de Linha de Crédito.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	RA Açores	Agrogarante	Sugestão de Linha de Crédito.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	RA Madeira	Agrogarante	Sugestão de Linha de Crédito.



Tipo de entidade	Região	Entidade	Resumo do contributo
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Anipla	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da Proteção de plantas.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Anpromis	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor dos cereais.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	RA Açores	Apimar	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da apicultura nos Açores.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	APOSOLO	Reflexões, preocupações sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada e sugestões de medidas na área da mobilização e conservação do solo.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Associação de empresas Vinho Porto	Posição da Associação das Empresas de Vinho do Porto relativa à reforma da PAC para 2023 a 2027.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Associação do Cânhamo Industrial	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor do cânhamo industrial.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	CAP	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as áreas da formação profissional, do aconselhamento agrícola, digitalização e inovação.
Entidades Associativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Projeto Caravana AgroEcológica	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a temática da agroecologia.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Casa do Azeite	Reflexões, preocupações e sugestões sobre o documento de Análise Sectorial Azeite disponibilizado no âmbito da consulta alargada.
Entidades Associativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Centro de Competências de Caprinicultura	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da produção caprina.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	CELPA	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da floresta, em particular a fileira do papel e cartão.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	CNA	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a agricultura familiar.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	CONFAGRI	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando várias temáticas como os apoios ao rendimento e ao investimento, a organização da produção ou as questões ambientais.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Cooperativa Agrícola Vila do Conde	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor do leite.
Entidades Associativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	COTHN	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as áreas da inovação.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	FENADEGAS	Reflexões, preocupações e sugestões sobre o documento de Análise Sectorial Vinho disponibilizado no âmbito da consulta alargada.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	FENALAC	Reflexões, preocupações e sugestões sobre o documento de Análise Sectorial leite e lacticínios disponibilizado no âmbito da consulta alargada.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	FENAPÍCOLA	Reflexões, preocupações e sugestões (proposta de medida tomando por base a medida apicultura do PDR2020) com destaque para o setor da apicultura.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	FENAREG	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando dos recursos hídricos e regadio.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	FENAZEITES	Reflexões, preocupações e sugestões sobre o documento de Análise Sectorial Azeite disponibilizado no âmbito da consulta alargada.



Tipo de entidade	Região	Entidade	Resumo do contributo
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	IACA	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da alimentação animal.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	FORESTIS	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da floresta.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Centro Pinus	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a fileira do pinho.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira-PORVID	Sugestão de alteração ao <i>draft</i> de diagnóstico OE6 disponibilizado no âmbito da consulta alargada e exposição do papel da associação na conservação de castas autóctones de videira.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	Continente	UNAC	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da floresta do espaço mediterrânico nacional.
Empresas de Consultoria	Continente	Ruris Desenvolvimento	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando várias temáticas como os apoios ao rendimento e ao investimento, as questões ambientais ou os jovens agricultores.
Associação	Continente	ANIMAR	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando várias temáticas como a agricultura familiar, desenvolvimento local, interligação urbano-rural.
Entidades Públicas	Continente	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o sistema rural e ligações urbano-rurais na região Norte. Envio do documento “NORTE 2030 - Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia”.
Município	Continente	Câmara Municipal de Cantanhede	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando nomeadamente a agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização.
Associação de Desenvolvimento Local	Continente	Federação A Minha Terra	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.
Desenvolvimento regional	Continente	IDARN – Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.
Desenvolvimento regional	Continente	IDARN AM Porto	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.
Desenvolvimento regional	Continente	IDARN CIM Alto Minho	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.
Desenvolvimento regional	Continente	IDARN CIM Alto Tâmega	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.
Desenvolvimento regional	Continente	IDARN CIM Cávado	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.
Desenvolvimento regional	Continente	IDARN CIM Douro	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.
Desenvolvimento regional	Continente	IDARN CIM Tâmega e Sousa	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.
Desenvolvimento regional	Continente	IDARN CIM Terras de Trás os Montes	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as estratégias de desenvolvimento local.



Tipo de entidade	Região	Entidade	Resumo do contributo
Entidades Associativas de Ambiente	Continente	Coligação C6	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, tendo remetido memorando sobre “a ocupação sustentável do território agroflorestal e rural nacional”.
Entidades Associativas de Ambiente	Continente	Plataforma Transgénicos	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando as questões ambientais, climáticas, os modos de produção sustentável (com foco na agricultura biológica).
Entidades Associativas de Ambiente	Continente	Zero	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a temática da agroecologia para uma transição ecológica justa. Tendo remetido carta aberta sobre “Por um modelo de Desenvolvimento Rural transversalmente sustentável” assim como um documento de trabalho produzido pelo “Movimento Alentejo Vivo” sobre o “modelo de intensificação agrícola no Alentejo – impactos observados e riscos possíveis”.
Particulares	RA Açores e RA da Madeira	Rui Perdigão Fernandes	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a agricultura das regiões autónomas da Madeira e dos Açores.
Particulares	Continente	Rodrigo Falcão	Pedido esclarecimento consulta alargada
Particulares	RA Açores	Edgardo Melo	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a apicultura da Região Autónoma dos Açores.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	RA Açores	Federação Agrícola dos Açores	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a agricultura da região autónoma dos Açores.
Entidades Associativas / Cooperativas do Setor Agrícola / Florestal	RA Açores	UNILEITE	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor do leite e laticínios da região autónoma dos Açores.
Governo Regional	RA Açores	S.D.A.S.M. – Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor do ananás da região autónoma dos Açores.
Governo Regional	RA Açores	S.D.A.S.M. – Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando o setor da apicultura da Região Autónoma dos Açores.
Associação de Desenvolvimento Local	RA Açores	ASDEPR, ARDE, ADELIAÇOR e GRATER	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, sobretudo o relativo “Proposta da Região Autónoma dos Açores” e o da “Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção”, destacando a temática das estratégias de desenvolvimento local.
Grupos Políticos	RA Madeira	Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Madeira	Reflexões, preocupações e sugestões sobre os documentos disponibilizados no âmbito da consulta alargada, destacando a agricultura da Região Autónoma da Madeira.



VI ANEXO II – CONTRIBUTOS DAS ENTIDADES POR TIPO DE DOCUMENTO PEPAC

Data do envio	Tipo de Entidade	Documento de contexto	Diagnóstico										Análise SWOT e Identificação das necessidades										Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção													
			OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT				
17/11/2020	Grupo de Peritos																																			
23/11/2020	Outros Ministérios			X	X					X	X																									
27/11/2020	Particulares																																			
04/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola					X	X			X																										
04/12/2020	Ministério Agricultura										X																									
07/12/2020	Particulares																																			
09/12/2020	Particulares																																			
09/12/2020	Desenvolvimento local																																			
09/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola						X																													
10/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola											X	X	X	X	X	X	X	X	X	X															
10/12/2020	Desenvolvimento local																																			
10/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola																																			
10/12/2020	Ministério Agricultura		X	X	X	X	X	X	X	X								X	X	X																
10/12/2020	Desenvolvimento local																																			
11/12/2020	Outras Entidades	X																																		
11/12/2020	Desenvolvimento local																											X						X		
11/12/2020	Desenvolvimento local																																			
11/12/2020	Desenvolvimento local																																			
11/12/2020	Desenvolvimento local																																			
11/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola											X			X																					
11/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola					X					X										X														X	
11/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola						X															X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
11/12/2020	Associação de Desenvolvimento local								X	X		X						X	X		X															
11/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola																					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
11/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola																																			
11/12/2020	Entidades Associativas do Setor Florestal												X		X	X	X	X	X		X															
11/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola e Florestal																					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
11/12/2020	Entidades Associativas do Setor Agrícola																																			
11/12/2020	Grupos Políticos																																			
11/12/2020	Particulares								X		X																									



Pág. 52



made by Pixabay

Gabinete de Planeamento, Políticas
e Administração Geral
Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa
www.gpp.pt

PEPAC

www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027

Imagens: Pixabay ©